



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

EDUARDA CAROLINE DA SILVA PEDROSO

**ELABORAÇÃO E ANÁLISE DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DAS CIDADES (IDSC) NA REGIÃO DE INTEGRAÇÃO DO BAIXO
AMAZONAS (RIBA)**

Santarém-PA

2025

EDUARDA CAROLINE DA SILVA PEDROSO

**ELABORAÇÃO E ANÁLISE DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DAS CIDADES (IDSC) NA REGIÃO DE INTEGRAÇÃO DO BAIXO
AMAZONAS (RIBA)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
instituto de Ciências da Sociedade como requisito para
a obtenção do título de Bacharel em Ciências
Econômicas, pela Universidade Federal do Oeste do
Pará (UFOPA).

Orientador: Prof. Dr. Abner Vilhena de Carvalho

Santarém-PA

2025

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA

- P372c Pedroso, Eduarda Caroline da Silva
 Elaboração e análise do índice de desenvolvimento sustentável das cidades (IDSC) na Região de Integração do Baixo Amazonas (RIBA). / Eduarda Caroline da Silva Pedroso. - Santarém, 2025.
 64 p. : il.
 Inclui bibliografias.
- Orientador: Abner Vilhena de Carvalho.
 Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Sociedade, Bacharelado em Ciências Econômicas.
1. Desenvolvimento sustentável. 2. IDSC. 3. Sustentabilidade. 4. Políticas públicas. 5. RIBA. I. Carvalho, Abner Vilhena de, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 307.75098115



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE MONOGRAFIA DO CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

No décimo oitavo dia do mês de julho de dois mil e vinte e cinco, às nove horas, de forma virtual, Link: <https://meet.google.com/ioq-yhpn-wbv>, realizou-se a Defesa Pública da Monografia da acadêmica **EDUARDA CAROLINE DA SILVA PEDROSO** (matrícula: 2019010829), intitulada: **ELABORAÇÃO E ANÁLISE DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS CIDADES (IDSC) NA REGIÃO DE INTEGRAÇÃO DO BAIXO AMAZONAS (RIBA)**, sob orientação do Prof. Dr. Abner Vilhena de Carvalho que compôs a banca examinadora com a Profa. Dra. Leila de Fátima de Oliveira Monte e a Profa. Dra. Márcia Janete da Cunha Costa. O presidente fez a abertura do trabalho com a apresentação dos componentes da banca, da discente e atribuiu o tempo de vinte e cinco a trinta minutos para a apresentação do trabalho. Após a apresentação, seguiu-se a arguição e, depois as respostas. Posteriormente, os membros da banca fizeram suas considerações e sugestões finais passando a palavra para a discente que efetuou seus agradecimentos. A banca reuniu-se e apresentou o parecer final, com a nota **9,7**. Nada mais havendo a tratar, eu Prof. Dr. Abner Vilhena de Carvalho lavrei a presente ata que, após ser lida, será assinada pelos membros da banca e pela discente.

Dr. Abner Vilhena de Carvalho – Orientador

Documento assinado digitalmente
gov.br **ABNER VILHENA DE CARVALHO**
Data: 18/07/2025 11:17:39-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Dra. Leila de Fátima de Oliveira Monte – Membro da banca

Documento assinado digitalmente
gov.br **LEILA DE FATIMA DE OLIVEIRA MONTE**
Data: 18/07/2025 18:01:19-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Dra. Márcia Janete da Cunha Costa – Membro da banca

Documento assinado digitalmente
gov.br **MARCIA JANETE DA CUNHA COSTA**
Data: 18/07/2025 17:10:50-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Eduarda Caroline da Silva – Discente

Documento assinado digitalmente
gov.br **EDUARDA CAROLINE DA SILVA PEDROSO**
Data: 18/07/2025 11:15:43-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Em memória à minha avó Ana Gecira,
esta conquista é sua também.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me sustentado até aqui e não permitir que as adversidades da vida pessoal e acadêmica me fizessem desistir deste tão sonhado diploma.

Agradeço ao meu filho, Tomás César, que, mesmo tão pequeno, talvez ainda não entenda, mas foi uma das minhas maiores forças para seguir em frente, sua existência me deu coragem nos dias mais difíceis.

Com muito carinho e saudade, agradeço também à minha avó Ana Gecira, mesmo não estando mais aqui, ela continua viva em mim — nas lembranças, nos conselhos e no amor que sempre me deu.

Sou imensamente grata à minha família, especialmente aos meus pais, Cleide e Eduardo, às minhas tias queridas, Leda e Rosana — e aos amigos que, de tantas formas diferentes, estiveram ao meu lado. Cada gesto, palavra e apoio fizeram diferença nessa caminhada.

Agradeço ao meu professor e orientador, Dr. Abner Vilhena de Carvalho, por confiar em mim e acreditar que esta pesquisa seria possível, por todos conselhos e ensinamentos durante a minha trajetória acadêmica.

Agradeço às minhas amigas Karina, Lidian e Elenize, por compartilharem essa jornada comigo. Só nós sabemos as adversidades que enfrentamos ao longo desses anos para chegarmos até aqui. Com vocês, os dias foram mais leves e divertidos.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo avaliar o nível de desenvolvimento sustentável das treze cidades que compõem a Região de Integração do Baixo Amazonas (RIBA), no estado do Pará, utilizando o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC), sendo este uma forma de medir e promover a sustentabilidade baseando-se nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU. O que traz ao seguinte problema de pesquisa: “O Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades na Região de Integração do Baixo Amazonas (IDSC-RIBA) contribui para a análise comparativa dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)?” Para se alcançar respostas para essa arguição, foram usadas metodologias combinadas com pesquisa teórica, trazendo revisões bibliográficas e documental, além da pesquisa quantitativa, com base nos dados secundários do IDSC-BR, incluindo a aplicação de fórmulas estatísticas para consolidação dos resultados. Assim, foram analisados os desempenhos individuais das cidades e em cada um dos 17 ODS, calculando-se a média regional para identificar os principais avanços dos ODS. Quanto aos resultados, foi possível indicar que a RIBA apresenta um nível muito baixo de desenvolvimento sustentável, com média geral de 36,9. Outro fator alarmante, é que poucas cidades atingiram níveis de desenvolvimento satisfatório (muito alto) nos ODS, sendo estes apenas Curuá e Faro, destacando o fato de que sozinhas não conseguem aumentar a média do ODS da RIBA. Na conclusão, é apontado que RIBA enfrenta muitos desafios estruturais e desigualdades socioeconômicas, assuntos esses que são relacionadas aos ODS e que também reforça a necessidade de mais políticas públicas.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável, IDSC, sustentabilidade, políticas públicas, RIBA.

ABSTRACT

This study aims to assess the level of sustainable development of the thirteen cities that make up the Lower Amazon Integration Region (RIBA), in the state of Pará, using the Sustainable Development Index of Cities (IDSC), a way to measure and promote sustainability based on the Sustainable Development Goals (SDGs) of the UN 2030 Agenda. This leads to the following research problem: "Does the Sustainable Development Index of Cities in the Lower Amazon Integration Region (IDSC-RIBA) contribute to the comparative analysis of the Sustainable Development Goals (SDGs)?" To answer this question, we used methodologies combined with theoretical research, including bibliographic and documentary reviews, as well as quantitative research based on secondary data from the IDSC-BR, including the application of statistical formulas to consolidate the results. Thus, we analyzed the performance of individual cities and each of the 17 SDGs, calculating the regional average to identify the main SDG advances. The results indicate that RIBA has a very low level of sustainable development, with an overall average of 36.9. Another alarming factor is that few cities achieved satisfactory (very high) levels of development in the SDGs, only Curuá and Faro, highlighting the fact that they alone cannot increase RIBA's SDG average. The conclusion points out that RIBA faces many structural challenges and socioeconomic inequalities, issues that are related to the SDGs and also reinforce the need for more public policies.

Keywords: Sustainable development, IDCS, sustainability, public policies, RIBA.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e seus eixos.....	22
Mapa 1 - Pontuação Geral dos municípios brasileiros no IDSC – 2023.....	29
Figura 1 - A Região de integração do Baixo Amazonas (RIBA).....	32
Figura 2 - Padronização do Nível de Desenvolvimento do IDSC.....	35

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – IDSC da Região de Integração do Baixo Amazonas (RIBA) por município	39
Tabela 02 - IDSC da RIBA e suas cidades por Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS 1)	40
Tabela 03 - IDSC da RIBA e suas cidades por Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS 2)	41
Tabela 04 - IDSC da RIBA e suas cidades por Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS 3)	42
Tabela 05 - IDSC da RIBA e suas cidades por Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS 4)	43
Tabela 06 - IDSC da RIBA e suas cidades por Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS 5)	44
Tabela 07 - IDSC da RIBA e suas cidades por Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS 6)	44
Tabela 08 - IDSC da RIBA e suas cidades por Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS 7)	45
Tabela 09 - IDSC da RIBA e suas cidades por Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS 8)	46
Tabela 10 - IDSC da RIBA e suas cidades por Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS 9)	47
Tabela 11- IDSC da RIBA e suas cidades por Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS 10)	47
Tabela 12 - IDSC da RIBA e suas cidades por Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS 11)	48
Tabela 13 - IDSC da RIBA e suas cidades por Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS 12)	49

Tabela 14 - IDSC da RIBA e suas cidades por Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS 13)	50
Tabela 15 - IDSC da RIBA e suas cidades por Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS 14)	51
Tabela 16 - IDSC da RIBA e suas cidades por Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS 15)	52
Tabela 17 - IDSC da RIBA e suas cidades por Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS 16)	53
Tabela 18 - IDSC da RIBA e suas cidades por Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS 17)	54
Tabela 19 – IDSC da Região de Integração do Baixo Amazonas (RIBA) por ODS	55

LISTA DE SIGLAS

CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
DATASUS	Departamento de Informática do SUS
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ETB	Escala Brasil Transparente
FAPESPA	Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICS	Instituto Cidades Sustentáveis
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDSC	Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RIBA	Região de Integração do Baixo Amazonas
SDSN	Sustainable Development Solutions Network

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
2.1	Desenvolvimento Sustentável: Conceitos, Definições e Abordagens	16
2.2	Desenvolvimento Sustentável: medidas, indicadores e índice	18
2.3	.3 Tipos de Indicadores e objetivos - econômico, ambiental e social.....	19
2.4	Entrelace dos indicadores das dimensões para formação do índice.....	20
2.5	IDSC: histórico, fonte das informações e os ODS.....	21
2.6	As dimensões - econômico, ambiental e social.....	22
3	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	24
4	METODOLOGIA.....	32
4.1	Área de Estudo – RIBA.....	32
4.2	Base de dados / informações.....	33
4.3	Descrição dos procedimentos de coleta das informações.....	35
4.4	Descrição estatísticas das medidas (média do índice, médias dos ODS e média geral dos ODS).....	36
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	39
5.1	IDSC por cidade da RIBA.....	39
5.2	ODS por cidade da RIBA.....	40
5.3	Indicadores dos ODS para a RIBA.....	55
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
	REFERÊNCIAS BIBLOGRÁFICAS.....	62

1. INTRODUÇÃO

A Organização das Nações Unidas (ONU) tem se preocupado com os danos ao meio ambiente causados pela ação humana desde o início dos anos 70. Assim, o desenvolvimento sustentável surge como uma necessidade de conciliar o crescimento econômico, equidade social e a preservação ambiental, especialmente em um contexto global marcado por crises climáticas, desigualdades e esgotamento de recursos naturais. Pautas essas levantadas na publicação do *Relatório Brundtland* (CMMAD, 1987).

Com intuito de solucionar o alcance de melhorias, foram criados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) pela ONU, juntamente com a agenda global, que busca integrar as dimensões das metas ambientais, sociais e políticas. No entanto, a implementação dessas metas varia entre as localidades, exigindo análises locais específicas para identificar desafios e oportunidades. Para estimar esse nível de sustentabilidade em que se encontra cada localidade, surgiu o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC), uma ferramenta fundamental usada para medir o progresso municipal em relação aos ODS (ONU, 2015).

Tal índice foi adaptado para o Brasil pelo Instituto Cidades Sustentáveis (ICS), usando cerca de 100 indicadores que melhor se adequaram as especificidades do país, chamado de IDSC-BR, onde a sistematização dessas informações visa não apenas preencher parâmetros das cidades, mas também oferecer análises para a implementação de políticas públicas mais eficazes, capazes de direcionar à promoção desenvolvimento socioeconômico sustentável de territórios e regiões, tal como é o caso da Região de Integração do Baixo Amazonas (RIBA), selecionado como o local de estudo desta pesquisa, e trazendo por sua vez a seguinte problemática: “O Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades na Região de Integração do Baixo Amazonas (IDSC-RIBA) contribui para a análise comparativa dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)?”

Para responder a essa problemática, o estudo calculou o IDSC-RIBA, com base no objetivo geral que era de calcular o nível de desenvolvimento sustentável da RIBA com base no Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC), e dos objetivos específicos: de analisar o desempenho dos municípios da RIBA em cada ODS, identificar os principais desafios e potencialidades da região, e também de ser um instrumento para construção de políticas públicas.

A relevância de estudar a o IDSC aplicado especificamente na RIBA, justifica-se pela escassez de estudos locais sobre o tema da sustentabilidade na Região, o que limita a elaboração de políticas públicas direcionadas para às necessidades locais.

Focado no atendimento do objetivo geral e seus objetivos respectivos específicos, para isso, primeiramente foram utilizados autores como Ignacy Sachs, José Eli da Veiga, Sérgio Tavolaro, Fernando Almeida, para abordar o tema do desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, por meio de uma revisão teórica e bibliográfica, por meio do levantamento de informações dos principais estudos relevantes ao tema. Utilizando-se da fonte de dados do IDSC-BR no levantamento de dados de cada uma das treze cidades que compõem a RIBA, este trabalho também calculou o desempenho de cada uma daquelas no índice, identificando os níveis de desenvolvimento sustentável dos ODS, identificando, por sua vez, os dois extremos comparativos do índice – aquela que apresentou valor mais baixo e aquela que apresentou valor mais alto. Por fim, a análise considerou a urgência de políticas públicas que promovam o desenvolvimento socioeconômico regional de forma integrada, conciliando as dimensões econômica, social e ambiental.

Partindo deste primeiro capítulo, o qual expõe os principais assuntos que serão discutidos ao longo do estudo, têm-se: o capítulo 2 abordará a fundo os conceitos de desenvolvimento sustentável, destacando sua importância a partir do Relatório Brundtland (1987), que será mais aprofundado. Abordará também os três pilares (econômico, social e ambiental) e a necessidade de equilibrá-los para garantir um futuro viável, explorando os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e sua relevância para medir o progresso das cidades; o capítulo 3 trará uma análise de estudos brasileiros que utilizaram o IDSC para avaliar o desenvolvimento sustentável nos municípios e suas respectivas formas de uso nas pesquisas; o capítulo 4 de metodologia, descreve a área de estudo (Região de Integração do Baixo Amazonas - RIBA), os métodos quantitativos e qualitativos, e os procedimentos para coleta e análise de dados do IDSC-BR, incluindo cálculos de médias por ODS; Por fim, o capítulo 5 encerra-se com a conclusão dos resultados do IDSC para as cidades da RIBA, mostrando que a região possui um nível de desenvolvimento muito baixo. Analisa cada ODS individualmente, destacando desafios como infraestrutura precária, desigualdades sociais e falta de políticas eficazes e conclui com a média geral (IDSC-

ODS-RIBA), reforçando a necessidade de ações urgentes. Por fim, o trabalho se encerra com as considerações finais no capítulo 6.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Desenvolvimento Sustentável: Conceitos, Definições e Abordagens

O desenvolvimento sustentável veio ter uma visibilidade maior a partir do ano de 1980, após a publicação do Relatório Brundtland em 1987, chamado de 'Nosso Futuro Comum', onde foi elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) da Organização das Nações Unidas (ONU), em uma busca de resolver as crescentes preocupações com os impactos ambientais e sociais causados pelo crescimento econômico e os principais desafios que surgiram, como a degradação ambiental, as mudanças climáticas, a perda de biodiversidade, as desigualdades sociais e econômicas.

As consequências do mau uso dos recursos naturais podem incluir eventos climáticos perigosos e aumento das temperaturas, poluição, perda de biodiversidade e desmatamento. A degradação ambiental que ocorre, também pode prejudicar a economia, reduzindo o emprego e a produtividade. Além disso, a sustentabilidade colocou em pauta as questões econômicas e sociais mais amplas, como pobreza, desigualdade, abuso de direitos humanos e falta de diversidade étnica, nos últimos anos. Em suma, o desenvolvimento sustentável visa encontrar um caminho onde o crescimento econômico, a inclusão social e a preservação ambiental estejam interligadas, garantindo um futuro melhor para todos (ALMEIDA, 2007).

Assim, o conceito de desenvolvimento sustentável se estabelece como "o desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades" (CMMAD, 1988, p. 46).

O princípio fundamental de desenvolvimento sustentável tem como foco crescer sem comprometer o futuro, e busca encontrar um equilíbrio entre três pilares principais: econômico, social e ecológico.

"O desenvolvimento sustentável deve ser entendido como um processo que busca equilibrar o crescimento econômico, a inclusão social e a preservação ambiental, garantindo que as necessidades do presente sejam atendidas sem comprometer a capacidade das futuras gerações de suprirem suas próprias necessidades" (VEIGA, 2010 p. 45).

Trazendo o progresso econômico para a visão de desenvolvimento sustentável, ele deve ser financeiramente viável, gerando riqueza e melhorando as condições econômicas sem destruir os recursos naturais ou prejudicar a sociedade. As decisões

sociais devem incluir suas localidades, reduzir a desigualdade e melhorar a qualidade de vida das pessoas, garantindo o acesso a direitos básicos como educação, saúde e condições justas de trabalho. As propostas de desenvolvimento devem respeitar os limites ecológicos do planeta, preservando a biodiversidade, reduzindo as emissões de gases de efeito estufa, protegendo os ecossistemas e o clima (CMMAD, 1988; SACHS, 2002).

Sachs (2002) critica o desenvolvimento sustentável focado somente no crescimento econômico, trazendo a outros fatores relevantes como a dimensão social e ambiental. Ele aponta a incompatibilidade dos modelos econômicos convencionais com o meio ambiente, pois não consideram os custos ecológicos nem respeitam o princípio da sustentabilidade. Para Sachs, o verdadeiro desenvolvimento requer equilíbrio entre cinco dimensões interligadas: justiça social, eficiência econômica, resiliência ecológica, organização territorial e diversidade cultural. Na visão do autor, essas dimensões encontram-se conectados e asseguram que os recursos naturais sejam usados de forma responsável, que as atividades econômicas sejam realizadas sem prejudicar o meio ambiente e que todos os indivíduos tenham acesso a direitos básicos como educação, trabalho, saúde e igualdade, combatendo a pobreza e eliminando condições de trabalho desumanas, ou seja, o objetivo é promover um futuro sustentável e justo para todos, sendas estas, as metas da ONU. Sendo assim, essa abordagem propõe um ecodesenvolvimento inclusivo e sustentável, rompendo com as visões focadas apenas no crescimento econômico, levantando importantes pautas sobre a degradação ambiental e as desigualdades sociais.

Veiga (2010) por sua vez, destaca a importância de repensar os modelos de produção e consumo, como o caminho para o desenvolvimento sustentável, trazendo três eixos para promover uma economia circular: Produção Limpa, que reformula processos para eliminar resíduos; Economia de Serviços, que foca no acesso em vez da propriedade; e Bioeconomia adaptativa, que aprecia recursos renováveis sem sua exploração excessiva. Esses modelos favorecem práticas como logística reversa, compartilhamento de equipamentos e manejo florestal sustentável, pois os materiais serão conservados no ciclo pelo maior período possível. Os produtos serão usados, mas não são descartados após o uso, servindo como base para novos produtos e processos, sendo menos dependente de recursos finitos.

Essa abordagem ajuda a reduzir os impactos negativos no meio ambiente e beneficia as futuras gerações, ao mesmo tempo em que cria um sistema mais

resistente a crises econômicas e naturais. Ao adotar modelos econômicos circulares, acredita-se que seja possível garantir um futuro mais justo e equitativo para todos (VEIGA, 2008).

Para se alcançar a sustentabilidade, Veiga (2010) também se aprofunda na questão da justiça social, não focando apenas no desenvolvimento econômico, mas sendo essencial garantir que os benefícios sejam distribuídos de forma justa e que todos tenham as mesmas oportunidades na vida. Ele enfatiza a importância da inovação e da tecnologia, pois novas tecnologias são fundamentais para a sustentabilidade, pois os países podem usá-las para reduzir impactos ambientais prejudiciais e promover práticas mais sustentáveis.

Portanto, sustentabilidade é descobrir maneiras de evitar que as decisões e ações atuais tenham um impacto negativo no futuro. Essa ideia é essencial dada a atual taxa de esgotamento de recursos e a crescente preocupação sobre como a atividade humana está afetando o meio ambiente (ALMEIDA, 2007).

A sociedade civil tem um papel importante na pressão por progressos na agenda ecológica, mesmo diante de desafios existentes, principalmente em gestão municipal. No Brasil, as políticas públicas são ações e programas desenvolvidos pelo governo para garantir e colocar em prática direitos previstos na Constituição Federal e outras leis, porém o desenvolvimento sustentável se depara com progressos e obstáculos. A administração pública precisa incorporar a sustentabilidade em todas as políticas governamentais. Embora tenha havido progressos institucionais, o país ainda lida com sérios desafios ambientais, como o desmatamento e a poluição, intensificados pela ausência de coordenação e disputas federativas (TAVOLARO, 1999).

2.2 Desenvolvimento Sustentável: Medidas, Indicadores e Índice

Os Índices de Sustentabilidade surgiram como medidas para avaliar e acompanhar o nível das cidades em termos de sustentabilidade, ajudando a analisar o impacto ambiental, social e econômico das ações, permitindo uma gestão mais eficiente e consciente e avaliando se as políticas estão funcionando bem para promover um desenvolvimento sustentável. Propondo um caminho para o avanço da sustentabilidade, reforçando a proteção do meio ambiente com o desenvolvimento econômico, social e político (PNUD, 2020).

Anteriormente, o principal indicador de medida de desenvolvimento, era o Produto Interno Bruto (PIB), este é medido com pelo valor total de tudo que é produzido e vendido em um país durante um certo período, porém faltavam usar os aspectos importantes, como distribuição de renda, qualidade de vida e impacto ambiental. Diante dessa perspectiva, afirma Veiga (2019, p. 19) que:

"As mazelas do PIB têm sido severamente criticadas, principalmente por ele só abranger atividades mercantis e ignorar a depreciação de recursos naturais e humanos. O que justamente provocou o atual processo de busca por alterações e extensões, com o objetivo de transformá-lo em indicador de prosperidade sustentável [...]"

Em 1990, foi criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), representou um avanço significativo na medição do progresso ambiental, social e econômico, incluindo aspectos fundamentais para a qualidade de vida das pessoas. Segundo Veiga (2010), compreender o desenvolvimento sustentável implica utilizar uma série de indicadores que mostrem a real situação das coisas. Sendo desnecessário focar no crescimento econômico, sem levar em conta os impactos ambientais e as disparidades sociais, assim, preocupando-se em criar uma estratégia consciente para assegurar que as gerações futuras também possam desfrutar de um mundo habitável e equitativo.

2.3 Tipos de Indicadores e objetivos - econômico, ambiental e social

Os indicadores são ferramentas usadas para medir e entender como está o desenvolvimento e a sustentabilidade de uma região. Eles ajudam a ver analisar como a economia, a sociedade e o meio ambiente estão, e o que falta para alcançar um nível de desempenho (VEIGA, 2010).

Podem ser classificados os indicadores em econômicos, que pode medir como está a produção, o consumo, o emprego, os investimentos e o comércio. Já os indicadores sociais medem como está a vida da população, observando os itens como saúde, educação, segurança e qualidade de vida. Por fim, os indicadores ambientais ajudam a medir como estão os recursos naturais, a biodiversidade e os ecossistemas, acompanhando o impacto das atividades humanas no meio ambiente (SACHS, 2002; PNUD, 2020).

Esses indicadores são essenciais para entender o progresso de uma região e como ela está em termos de sustentabilidade. Podendo ser dados quantitativos ou até dados mais qualitativos, dependendo do tipo de pesquisa, servem para acompanhar as mudanças e ver como as coisas evoluem com o tempo.

2.4 Entrelace dos indicadores das dimensões para formação do índice

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), estabelecidos entre 2000 e 2015 pela ONU, marcaram o primeiro grande esforço global para organizar prioridades socioeconômicas (ONU,2015).

Lançado no ano 2000, possuía somente 8 eixos temáticos para abranger o nível de sustentabilidade, eram eles: erradicação da pobreza extrema, acesso universal à educação, igualdade de gênero, redução da mortalidade infantil, melhoria da saúde materna, combate a doenças, sustentabilidade ambiental e promoção de parcerias para o desenvolvimento. Embora tenham representado um avanço na busca por igualdade social e crescimento econômico, os ODM enfrentaram críticas, pois priorizavam metas numéricas, tendo uma abordagem do meio ambiente de forma isolada, além do foco nos problemas sociais e econômicos, sem considerar suas causas estruturais. (ONU,2015).

Para incentivar os países a progredirem para ter uma abordagem mais completa e eficaz para enfrentar os desafios globais, no ano de 2015 a ONU criou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), no intuito de ter um futuro mais sustentável, abordando as barreiras sistêmicas à sustentabilidade e ao equilíbrio das dimensões sociais, econômicas e ambientais. Sendo aplicáveis a todos os países e oferecendo uma oportunidade para mudanças, incentivando diagnósticos regionais e políticas intersetoriais. (ONU,2015).

Os ODS são fundamentais, pois proporcionam metas que são colocadas em prática pelos países, abrangendo os desafios humanos e assegurando que o avanço econômico, social e ambiental ocorra de maneira igualitária e inclusiva. Sem os ODS, os países seriam incapazes de lidar, de forma unificada, com questões como mudança climática, desigualdade e declínio da biodiversidade.

Dentre esses objetivos, destacam-se a erradicação da pobreza e da fome, o acesso universal à água potável, a melhoria da educação e a promoção da igualdade de gênero. Além disso, incluem-se o uso responsável dos recursos naturais pela economia, a proteção dos direitos humanos em cadeias de abastecimento complexas

e o incentivo a soluções inovadoras. Esses são alguns dos principais desafios do país, que os ODS buscam resolver (ONU,2015).

Surgindo também a Agenda 2030, que visa atingir tais objetivos, e aborda a pauta do desenvolvimento sustentável, que ganha cada vez mais visibilidade, levando os países e as pessoas a se tornarem conscientes do impacto que suas decisões podem causar no planeta e na sociedade (ONU, 2015).

Assim, a mudança dos ODM para os ODS indicou uma importante evolução no conceito de desenvolvimento sustentável. Os ODM tratavam de questões sociais de maneira fragmentada, sem levar em conta as causas estruturais. Diferente dos ODS, que adotaram uma abordagem integrada, incorporando aspectos ambientais, econômicos e institucionais (SACHS, 2002; VEIGA, 2010). Portanto, os ODS são importantes tanto para países desenvolvidos quanto para países em desenvolvimento, como o Brasil. Na RIBA, sua metodologia se mostra eficiente ao destacar as desigualdades locais, as fragilidades ambientais e os conflitos de território.

2.5 IDSC: histórico, fonte das informações e os ODS

Como uma forma de ajudar a medir o nível de sustentabilidade dos países, foi criado o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC), que abrange indicadores de situações socioeconômicas e geopolíticas atuais, sendo possível mensurar o nível atual do desenvolvimento sustentável¹. Tendo como base os 17 ODS, estabelecidos pela ONU em 2015. Cada ODS desdobra-se em metas específicas e indicadores mensuráveis, permitindo monitoramento científico e comparativo entre países (SDSN, 2021).

No Brasil, o IDSC-BR foi adaptado para o país, sendo aplicado 100 indicadores para medir o nível de sustentabilidade, pois em cada país, ocorre uma adaptação dos 231 indicadores originais criados pela ONU (SDSN, 2021).

Portanto, o IDSC, que possui o foco em avaliar o nível de sustentabilidade das cidades, tem como base os 17 ODS da ONU, usando os parâmetros de cada variável e indicador, para cálculo do índice. Sendo um importante instrumento de pesquisa, pois por meio dele, é possível medir e analisar como está determinado local em

¹ INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS. Metodologia do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - IDSC. São Paulo, [2021]. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>.

relação ao nível à sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, econômico, social e ambiental (SDSN, 2021).

2.6 As dimensões - econômico, ambiental e social

A seguir, apresenta-se a tabela com os temas de cada um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Essa classificação evidencia a forma equilibrada como a Agenda 2030 da ONU integra os aspectos econômico, social e ambiental, garantindo uma visão integrada do desenvolvimento sustentável.

Quadro 01: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e seus eixos:

ODS	Temática
ODS 1	Erradicação da Pobreza
ODS 2	Fome Zero e Agricultura Sustentável
ODS 3	Saúde e Bem Estar
ODS 4	Educação de Qualidade
ODS 5	Igualdade de Gênero
ODS 6	Água Potável e Saneamento
ODS 7	Energia Acessível e Limpa
ODS 8	Trabalho Decente e Crescimento Econômico
ODS 9	Indústria, Inovação e Infraestrutura
ODS 10	Redução das Desigualdades
ODS 11	Cidades e Comunidades Sustentáveis
ODS 12	Consumo e Produção Responsáveis
ODS 13	Ação Contra a Mudança Global do Clima
ODS 14	Vida na Água
ODS 15	Vida na Terra
ODS 16	Paz, Justiça e Instituições Eficazes
ODS 17	Parcerias e Meios de Implementação

Fonte: Pedroso (2025) com base em ONU (2015).

Esses objetivos ajudam a analisar o desempenho das cidades em relação ao desenvolvimento sustentável, oferecendo um panorama do nível de sustentabilidade de uma localidade (SDSN, 2021).

No próximo capítulo, será apresentada uma revisão bibliográfica dos artigos que utilizam o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC) em suas metodologias. O objetivo é destacar os estudos que avaliam o desenvolvimento sustentável por meio desse índice, que analisa detalhadamente diversas regiões.

Sendo evidenciados os indicadores empregados e os resultados alcançados, fornecendo uma compreensão abrangente sobre o tema.

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A revisão bibliográfica é essencial para entender as diferentes formas de estudos aplicados ao tema, no caso específico do IDSC, será apresentando as pesquisas mais relevantes que abordam o índice, juntamente com os ODS, avaliando o progresso dos municípios brasileiros em relação a esses objetivos econômicos, sociais e ambientais estabelecidos pela ONU.

Como visto no capítulo anterior, o IDSC avalia o nível de desenvolvimento sustentável nas cidades, então primeiramente será abordado o artigo intitulado 'Índice de desenvolvimento sustentável das cidades: um estudo com base na realidade brasileira'. Neste estudo, Wissmann e Backes (2022) não calcularam novos índices, mas utilizaram o IDSC como base para estabelecer um parâmetro de análise a nível nacional. Eles avaliaram os níveis do IDSC em diferentes localidades, além de comparar o ranking em que o Brasil se encontra em relação a outros países, fazendo uma comparação para identificar o nível do desenvolvimento das metas no país.

Destaca-se que conforme os autores, a importância desta pesquisa se baseia na avaliação do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil (IDSC-BR), tendo como objetivo possibilitar a identificação da porcentagem de cumprimento dos ODS e a comparação entre cidades e regiões, examinando as pontuações alcançadas e, conseqüentemente, a diferença entre os resultados mais favoráveis e desfavoráveis. Os resultados foram baseados no IDSC-BR, em que foram coletados os dados de 770 cidades brasileiras, adotando-se alguns critérios do ICS e SDSN (2021), o mais importante é que dentre elas, teriam que ser dos 5 biomas do Brasil.

Quanto à metodologia, o estudo de Wissmann e Backes (2022) foi caracterizado como exploratória, descritiva, documental e quantitativa. Para análise, dentre as cidades brasileiras foram escolhidas 20, entre as 770 participantes, sendo 10 delas classificadas nas últimas colocações, as quais estão localizadas no Norte e Nordeste brasileiro e 10 cidades mais bem classificadas, sendo estas, todas localizadas no estado de São Paulo, região Sudeste. Destaca os autores o nível de disparidade social do país que é alto, e mostram o quanto o desenvolvimento e investimento é desigual nas regiões, levando em consideração também o nível econômico de cada uma delas, visto que, tomando como base o IBGE (2021), segundo os autores a região sudeste representa a maior parte do PIB do país, 52,3.

Distintos estudos utilizam de relações entre IDSC e outras variáveis, ou a partir de uma temática específica das ODS relacionando com temas afins. Um destes casos

é o artigo 'O acesso à educação promovendo uma mobilidade sustentável nas cidades', de Molinari e Bernardinis (2024), que destaca o tópico específico do ODS 4 – relacionado a educação, ressaltando as desigualdades no acesso à ela, usando como base o ODS do IDSC-BR (ODS 4 – Educação de qualidade) e o Projeto Acesso a Oportunidades, sendo este, um banco de dados relacionado a emprego, saúde, educação e transporte - criado pelo IPEA no ano de 2020.

A pesquisa de Molinari e Bernardinis (2024) teve o intuito de analisar a acessibilidade à educação no Brasil e como desigualdade de acesso à educação varia conforme a renda e a cor/raça, especialmente nas 15 capitais brasileiras: Belém (Pará), Campo Grande (Mato Grosso do Sul), Porto Alegre (Rio Grande do Sul), Curitiba (Paraná), São Paulo (São Paulo), Goiânia (Goiás), Belo Horizonte (Minas Gerais), Manaus (Amazonas) e Rio de Janeiro (Rio de Janeiro). Ressaltando que estas capitais foram selecionadas por serem representativas e por terem dados disponíveis tanto no IDSC-BR, quanto no Projeto Acesso a Oportunidades.

Quanto a metodologia, Molinari e Bernardinis (2024) basearam-se nos métodos quantitativos e qualitativos, usando a análise descritiva, fontes de dados do IDSC-BR e o Projeto Acesso a Oportunidades, usando uma combinação de informações de registros administrativos, estudos amostrais, imagens de satélite e mapeamento colaborativo. Assim, essas informações foram analisadas e se mostraram fundamentais para determinar os níveis de acessibilidade em alta resolução espacial, em uma escala próxima à de quarteirão. Os dados coletados em 2019 mostraram a desigualdade no acesso à Educação Infantil, Fundamental e Médio, levando em conta a diferença de renda e cor/raça. Além disso, foi usada as informações do IDSC-BR, como pontuação e classificação geral, e o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 - Educação de qualidade, para medir a relação entre as maiores capitais que se encaixam no parâmetro de desigualdade no acesso à educação e os piores indicadores do ODS 4.

Através dos níveis de desenvolvimento, segundo Molinari e Bernardinis (2024) foi possível comparar a desigualdade de acesso à educação em termos de renda e cor/raça e identificar as capitais com os piores índices de acessibilidade à educação. Sendo possível observar que no ensino infantil, a desigualdade foi maior em Belém, onde a acessibilidade dos 10% mais ricos é significativamente maior do que a dos 40% mais pobres. No ensino fundamental, as capitais com maior desigualdade são Campo Grande, Porto Alegre e Belém. No ensino médio, a desigualdade é mais

pronunciada em Porto Alegre e Belém, onde os 10% mais ricos têm muito mais acesso do que os 40% mais pobres.

De forma similar, o artigo 'Uma comparação entre desenvolvimento sustentável municipal e transparência', de Maximiliano (2022) analisa o IDSC-BR com temas específicos (agregados), contribuindo para a compreensão das desigualdades sociais, mas com foco na transparência pública, onde foi feita uma analogia entre o IDSC e Escala Brasil Transparente (EBT), que utiliza indicadores de desempenho das funções básicas dos municípios (como o IDEB para educação, o portal da transparência, do ministério da saúde e educação, da Controladoria Geral da União).

A pesquisa se mostrou importante ao fornecer uma análise de forma quantitativa, de como diferentes municípios brasileiros, que estão classificados segundo seu desempenho na Escala Brasil Transparente (EBT) de 2018 e 2021, e trabalham para alcançar metas de desenvolvimento sustentável, podendo ter uma compreensão mais profunda das desigualdades educacionais no Brasil. Podendo considerar, posteriormente, em possibilidades para a formulação de políticas futuras que promovam uma educação igualitária e de qualidade, acessível para todos.

Partindo da metodologia quantitativa, o propósito do estudo de Maximiliano (2022) foi comparar o IDSC juntamente com os Indicadores de desempenho das funções básicas dos municípios, bem como, fazer uma correlação com o software RStudio e Excel, usando os dados de renda, acesso à educação para identificar desigualdades específicas entre diferentes grupos socioeconômicos e raciais.

A pesquisa apontou que o analfabetismo entre pretos e pardos é muito maior do que entre brancos no Brasil, cerca de 7,4% são analfabetos e é o dobro da taxa entre brancos. Também identificou que sete em cada dez jovens que não terminam o ensino médio são pretos ou pardos, e fazem isso principalmente porque precisam trabalhar, o que afeta 40% deles. Foi possível apontar que pela primeira vez, mais da metade dos brasileiros acima de 25 anos concluiu o ensino médio, e a taxa de analfabetismo caiu de 6,1% em 2019 para 5,6% em 2022. No entanto, a desigualdade socioeconômica ainda impacta o desempenho escolar e a evasão entre alunos de baixa renda.

Maximiliano (2022) identificou ainda que os programas sociais, como o Bolsa Família e o PNAE, ajudam a população, mas não são suficientes, pois não há uma distribuição justa dos recursos, tornando evidente novamente a desigualdade econômica no país — sendo esta uma das metas a ser vencida no ODS 10 (Redução

das Desigualdades) do IDSC. O autor ainda destaca a pandemia de COVID-19 como um fator que agravou essa desigualdade, considerando as demissões em massa ocorridas no período.

Maximiliano (2022) destaca também, o fato da importância na transparência da gestão pública, que pode influenciar diretamente os resultados de desenvolvimento. Sendo visível necessidade de políticas públicas inclusivas e justas para garantir educação de qualidade para todos, ou seja, esses resultados mostram como as desigualdades educacionais no Brasil são complexas e profundas.

Outro estudo na perspectiva de análise envolvendo IDSC, relacionado com temas afins é a tese de doutorado intitulada 'Sustentabilidade local: contribuições para agenda dos objetivos do desenvolvimento sustentável em São Paulo de Olivença, Amazonas, Brasil', onde Pinto (2023) tendo como objetivo principal de sua pesquisa, entender como especificamente, a cidade de São Paulo de Olivença, município que está localizado na mesorregião do sudoeste do Amazonas e na microrregião do Alto Solimões, localizado a 1.235 quilômetros de Manaus (capital do Amazonas), está trabalhando para alcançar a sustentabilidade, pois enfrenta uma grave crise tanto ambiental, quanto social, e também identificar os desafios ambientais que enfrentam e as estratégias adotadas pelos gestores locais para atingir as metas dos ODS da ONU. Visto que, esse município enfrenta os problemas dos terrenos desmoronando, que impulsionam o crescimento urbano e a migração desses moradores.

Utilizando-se de uma metodologia etnográfica e descritiva, com um enfoque qualitativo, e conduzida em outubro de 2022, Pinto (2023) realizou entrevistas com professores, administradores, residentes de regiões vulneráveis e idosos, utilizando desse instrumento para a coleta de dados, e também foi aplicado um questionário que serviu de orientação para entrevistas. Sendo possível identificar que a cidade está engajada em iniciativas ecológicas e medidas de conservação para fomentar uma economia sustentável e manter viva a cultura local, e possui investimentos em lazer, manejo do pirarucu (peixe local) para melhorar a qualidade de vida da população e criação de um horto municipal.

Quanto ao apoio à venda de produtos da agricultura familiar, a produção agrícola é um dos principais setores que movimentam a econômica local, sendo sustentada na extração de frutas e na produção de alimentos típicos da região amazônica, como o açaí, araçá, bacuri, biribá, rambutã, etc. Trazendo a importância

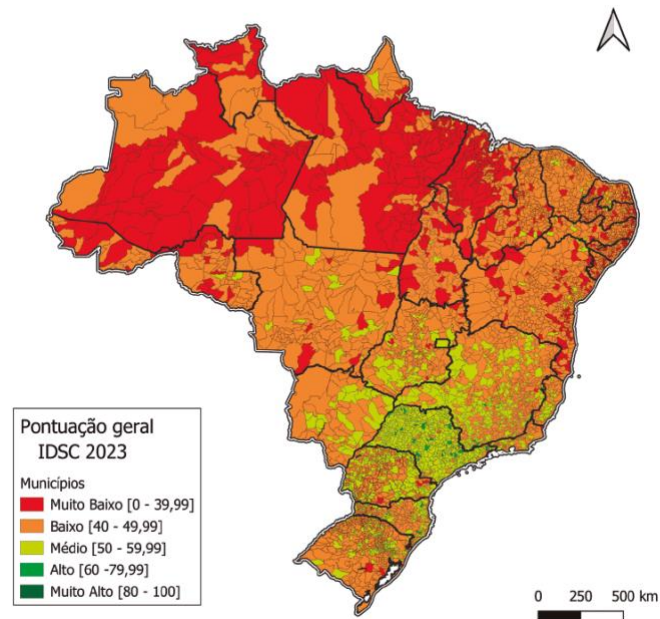
de manter a comercialização desses produtos e, conseqüentemente, o plantio e preservação dos mesmos.

Fazendo uma correlação desses dados com o IDSC, embora haja progresso na economia sustentável, ele ainda está classificado com nível baixo. Foram utilizados os dados secundários do site IDSC-BR, e analisados os ODS do município, aplicando o nível de satisfação desse índice, que varia de 0 a 100, e mostra a realidade da cidade, se destacando o ODS 12 (Produção e consumo sustentável) que obteve a pontuação alta, entre 80 – 100.

As análises indicaram que a apesar da cidade enfrentar uma grave crise socioambiental devido ao fenômeno das terras caídas, que afetou cinco bairros urbanos e resultou na expansão territorial para regiões de campinarana (solos arenosos e baixa fertilidade), a cidade está empenhada em melhorar o nível de sustentabilidade, e assim, melhorar os aspectos ecológicos, sociais, econômicos e culturais.

Na utilização do IDSC para fins de mapeamento (análise geoespacializada) e como fundamentação metodológica para a criação de um novo índice, o artigo 'Desafios da gestão municipal para redução das desigualdades na cidade de São Paulo' de Abrahão e Pantoja (2024) apresentam primeiramente um panorama do IDSC do Brasil, tomando por base os dados do ICS, alinhados com a Agenda 30 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Os autores analisaram, de acordo com o mapa do IDSC-BR, trazendo uma visualização melhor dos resultados, as regiões Norte e Nordeste, que estão representados com as cores vermelha e laranja, apresentando um nível de sustentabilidade muito baixo e baixo, em comparação com as outras regiões do país.

Mapa 01: Pontuação Geral dos municípios brasileiros no IDSC – 2023



Fonte: ABRAHÃO e PANTOJA (2024) - <https://www.scielo.br/j/ea/a/wSQgpkDnsMk57j7BvThThxt/>

Abrahão e Pantoja (2024) focam seus estudos na cidade de São Paulo, que hoje é a maior cidade populacional e econômica do país, porém com um nível de desigualdade muito grande, apontando os principais desafios, sempre com foco na redução da desigualdade entre as cidades. Os autores apresentam o mapa da desigualdade feito pela Rede Nossa São Paulo e Instituto Cidades Sustentáveis (ICS) desde 2012, que usa os principais 50 indicadores relacionados a educação, saúde, justiça, mortalidade, e que também usa pesquisas de opiniões públicas nas ruas.

Os autores apontam no final do artigo que o uso dos resultados do IDSC e do mapa da desigualdade pela Rede Nossa São Paulo e ICS, foram usados para a criação de um projeto, nomeado de 'Índice de Redistribuição do Orçamento Municipal', que a partir de critérios de vulnerabilidade, busca igualar os distritos da cidade. Trazendo também o funcionamento desse índice, que foca em distribuir os investimentos para políticas públicas mais igualitária e eficaz, a fim de reduzir as desigualdades nos distritos em São Paulo, sendo necessário ser feita essa distribuição em etapas, onde primeiro será identificada a problemática do local, e posteriormente a criação de estratégias para o desenvolvimento.

Em suma, esses estudos anteriores demonstraram uma visão abrangente de como o IDSC pode ser usado e adaptado para refletir as realidades e desafios

específicos de cada localidade, de acordo com a instrumentação utilizada, pois descreve a metodologia utilizada nos estudos, incluindo a análise de indicadores e a comparação entre diferentes municípios. Apresentando uma relação entre a prática aplicada à teoria, permitindo uma visão abrangente e variada das abordagens para avaliar o desenvolvimento sustentável.

Outro aspecto importante discutido na revisão são os desafios enfrentados pelos municípios, além das estratégias adotadas para superá-los e possíveis formulação de políticas públicas futuras, surge também a dificuldade de coletas de dados para as pesquisas, sendo necessário buscar a fundo as informações para que se tenha um estudo com resultados mais concretos, como foi o caso de Molinari e Bernardinis (2024).

Os artigos utilizados nesta revisão se mostraram essenciais para a compreensão mais abrangente do desenvolvimento sustentável nas localidades do Brasil e diferentes perspectivas de análise, como o impacto da educação (ODS 4) nas desigualdades sociais, a relação entre o IDSC e outros indicadores municipais, como os indicadores da transparência pública, feito no artigo de Maximiliano (2022), e no artigo de Pinto (2023), que fez um levantamento de dados coletados em entrevistas, e que foram relacionados com os ODS da ONU, baseado nos dados do IDSC.

Abraão e Pantoja (2024) também apresentam uma relação do IDSC com os indicadores usados no mapa da desigualdade, ambos relacionados com os ODS das metas de desenvolvimento sustentável da ONU. E que levam a criação de um novo índice, como uma solução para monitorar e alocar os recursos que serão aplicados na cidade. Os autores também trazem o mapa aplicado ao país no ano de 2023, e fazendo um recorte espacial específico para a região que irá ser abordada no próximo capítulo, o estado do Pará em sua maioria, está com as cidades nas cores vermelho e laranja (nível muito baixo e baixo). Levando em consideração a importância de uma análise mais detalhada do IDCS por município e a análise por ODS, pois assim, será possível apontar as principais cidades que possuem um nível inferior as outras em relação aos temas dos ODS. Além de apresentar os indicadores que estão com valores mais baixos, fazendo-se necessário apontar possíveis soluções para políticas públicas de investimento, e conseqüentemente melhoria do nível de desenvolvimento sustentável.

No próximo capítulo, será apresentada a metodologia utilizada neste estudo, especificando a área de estudo (com as cidades analisadas), a base de dados, a

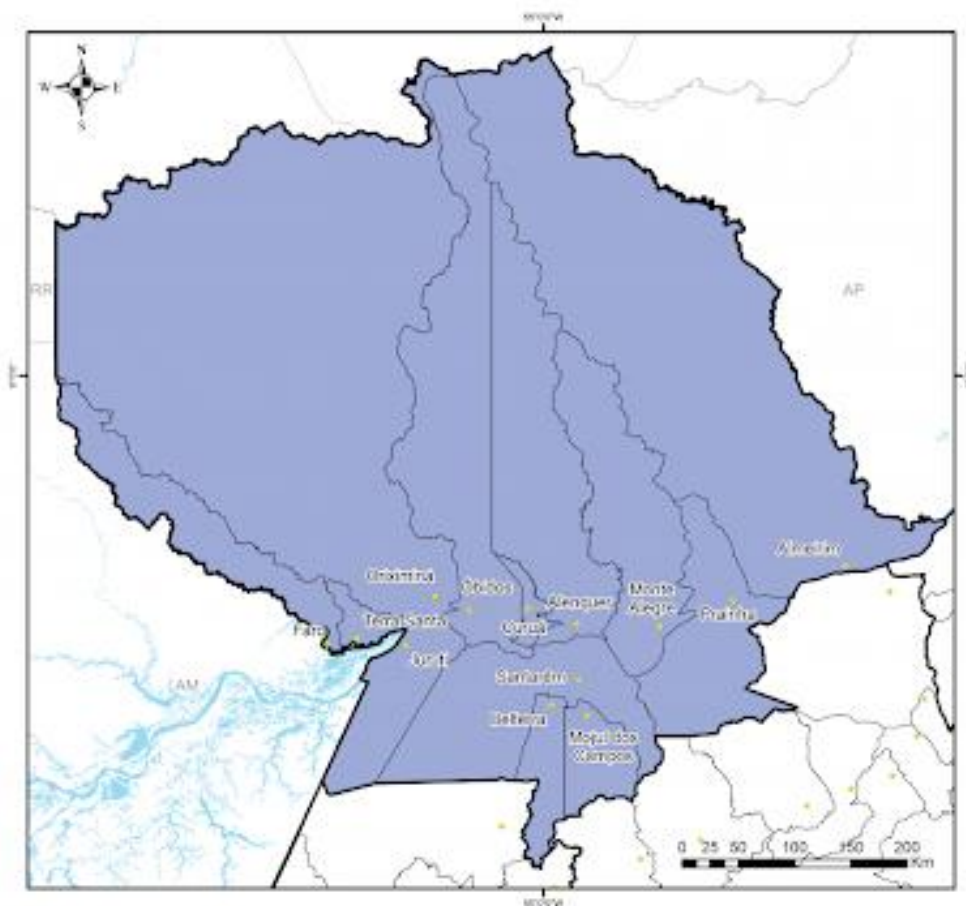
descrição dos métodos quantitativos e qualitativos utilizados, e por fim, a interpretação dos dados coletados - o que possibilitará um entendimento mais aprofundado dos resultados.

4. METODOLOGIA

4.1 Área de Estudo – RIBA

A Região de Integração do Baixo Amazonas (RIBA), fica localizada no estado do Pará, abrangendo 13 cidades: Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém e Terra Santa. Essa região apresenta características únicas que são essenciais para análises sobre sustentabilidade urbana e regional (FAPESPA, 2023).

Figura 01 – A Região de integração do Baixo Amazonas (RIBA)*



Fonte: FAPESPA - [https://fasepa.pa.gov.br/apoio-aos-municipios/regiao-do-baixo-amazonas-2/#:~:text=A%20regi%C3%A3o%20de%20integra%C3%A7%C3%A3o%20do,\(fonte%3A%20Fapespa\).](https://fasepa.pa.gov.br/apoio-aos-municipios/regiao-do-baixo-amazonas-2/#:~:text=A%20regi%C3%A3o%20de%20integra%C3%A7%C3%A3o%20do,(fonte%3A%20Fapespa).)

* RIBA: Abreviatura não oficial, para fins metodológicos da pesquisa.

A RIBA foi delimitada para esse estudo, com intuito de mensurar os indicadores de sustentabilidade em nível regional, apresentando os desafios e potencialidades da busca por um desenvolvimento que supra as necessidades econômicas e sociais da população, assim como a questão ambiental.

Com ecossistemas únicos, como várzeas, florestas de terra firme e áreas de proteção ambiental, a RIBA conta com unidades de conservação e terras indígenas que exigem equilíbrio entre desenvolvimento e preservação (EMPRAPA, 2023). Contudo, enfrenta desafios como desmatamento, mineração e expansão agropecuária há anos. Apesar da rica diversidade socioambiental da RIBA e de seus desafios econômicos e estruturais preocupantes, há poucos estudos sobre o desenvolvimento sustentável da região. (FAPESPA, 2023)

A diversidade socioeconômica e ambiental no interior da RIBA é um fator crucial para a análise da sustentabilidade. Enquanto Santarém se configura como um pólo urbano e econômico, que atrai investimentos e serviços, exercendo influência sobre os municípios da RIBA, outras localidades apresentam o setor social e econômico mais vulnerável, que depende de ciclos produtivos com menor valor agregado ou de repasses governamentais (FERREIRA; VIEIRA, 2018).

Esse fator interno exige uma análise que considere as especificidades de cada município, ao mesmo tempo em que se busca construir um resultado regional que representam as treze cidades da RIBA, já que o agronegócio e a mineração são atividades crescentes, porém enfrentam embates com as práticas tradicionais e com grandes áreas de conservação. Esses fatores dificultam a gestão do território e do meio ambiente, tornando-se um ponto-chave para alcançar os ODS

4.2 Base de dados / informações

O presente estudo adotou uma abordagem metodológica de pesquisa teórica (revisões bibliográficas e documental), além de uma pesquisa quantitativa, com o intuito de integrar diferentes perspectivas para a análise do índice. A pesquisa possui uma fundamentação teórica com base em Ignacy Sachs (2002; 2008), pioneiro na conceituação do ecodesenvolvimento, e José Eli da Veiga (2008; 2010) além de uma revisão bibliográfica de artigos de outros autores, que trazem suas análises críticas sobre o desenvolvimento, fornecendo assim, uma base conceitual para interpretar os dados quantitativos. Suas contribuições ajudam a contextualizar o conceito de sustentabilidade para além de uma medida, inserindo-a em um debate mais amplo sobre justiça social, equidade intergeracional e os limites do crescimento.

Quanto a abordagem quantitativa, foi usado a base de dados do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC)², permitindo a mensuração e comparação objetiva do desempenho dos municípios em relação aos ODS, em específico a situação atual da RIBA, identificando seus principais desafios e potencialidades rumo à Agenda 2030.

Posteriormente, se faz necessário entender a metodologia do IDSC Global, que foi criado pela Organização das Nações Unidas (ONU), tendo como ideia principal a criação de um parâmetro dos países, para fins de melhoria do desempenho de desenvolvimento sustentável de cada um. O objetivo foi desenvolver um índice para monitorar o quanto cada país já atingiu os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. (SDSN, 2021).

O IDSC-BR é uma adaptação do IDSC Global, e foi desenvolvido pela Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável (SDSN), que é uma iniciativa global ligada à ONU, em parceria com o Programa Cidades Sustentáveis. Ele usa dados reais do Brasil, pois foi feita a adaptação procurando agregar as características do país, com seus desafios e realidades locais. Sendo selecionados 100 indicadores do IDSC Global que melhor se adequaram ao país, com dados coletados de fontes como o IBGE, DATASUS e INEP (SDSN, 2021).

A opção pelo IDSC-BR como principal fonte de dados secundários se deu pelo fato de possuir abrangência nacional, e a metodologia seguir um padrão alinhado com as metas da ONU, mas o diferencial está na análise detalhada de cada município. Esta última característica é essencial para o presente estudo, pois permite uma análise detalhada das realidades locais dentro da RIBA.

Um fator que foi perceptível durante a pesquisa, é a falta e a defasagem de alguns dados das variáveis, como exemplo o ODS 14 (vida na água) – que não possui variáveis para análise - pois depende dos órgãos públicos algumas atualizações, trazendo um desafio mais amplo para o monitoramento da Agenda 2030 no Brasil. Contudo, a transparência quanto a essas limitações e o uso exclusivo de fontes oficiais para os dados disponíveis, são fundamentais para a validade dos resultados apresentados (SDSN, 2021).

² <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/>






4.3 Descrição dos procedimentos de coleta das informações

O procedimento de coleta iniciou-se com o acesso à plataforma online do IDSC-BR. Para cada uma das 13 cidades que compõem a RIBA, foram extraídos os valores percentuais de desempenho para cada um dos ODS para os quais havia dados disponíveis. Esses valores, já consolidados e calculados pela própria plataforma IDSC-BR, representam o quanto cada município está próximo de atingir as metas estabelecidas para cada ODS. A coleta desses dados secundários otimizou o processo de pesquisa, permitindo focar na análise e interpretação dos resultados em nível regional (SDSN, 2021).

Após coleta de dados dos ODS, foi feito o cálculo do IDSC-RIBA usando o IDSC de cada uma das 13 cidades, através da soma da média aritmética. Para análise, a utilização das faixas de desempenho e suas respectivas cores, conforme padronizado pelo IDSC-BR, não é apenas um recurso visual, mas uma ferramenta analítica que facilita a identificação das áreas críticas que variam de 0 a 100 para cada cidade, e possuem cores que determinam o nível de desenvolvimento sustentável (SDSN, 2021).

Sendo o verde escuro (Muito alto - 80 a 100), verde (Alto 60 a 79,99), amarelo (Médio - 50 a 59,99), laranja (Baixo - 40 a 49,99) e vermelho (Muito baixo - 0 a 39,99), assim, estabelecem níveis de desempenho aceitáveis e críticos para cada indicador. É importante ressaltar que a cor cinza não faz parte da escala de padronização oficial do IDSC-BR, mas foi utilizada neste estudo para indicar a ausência de dados em alguns indicadores, visando melhorar a visualização.

Figura 02: Padronização do Nível de Desenvolvimento do IDSC

Nível de Desenvolvimento	Valores (Escala)	Identificação Visual
Muito alto - 80 a 100	80 a 100	
Alto	60 a 79,99	
Médio	50 a 59,99	
Baixo	40 a 49,99	
Muito Baixo	0 a 39,99	

Fonte: PEDROSO (2025) com base em SDSN (2021).

A análise por ODS ajuda a identificar quais metas precisam de prioridade na região, permitindo uma análise mais precisa das vulnerabilidades e potencialidades de cada município e do território (região de integração) como um todo.

4.4 Descrição estatísticas das medidas (média do índice, médias dos ODS e média geral dos ODS)

Conforme Hoffmann (2006, p. 31), “a média de um conjunto de n dados é obtida somando todos os valores individuais e dividindo a soma pelo número total de dados”.

$$\bar{X} = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n X_i \quad (3.4.1)$$

No caso aplicado ao estudo, esta medida proporciona um valor representativo do conjunto, permitindo comparações e a identificação de um desempenho médio para a RIBA, a partir dos valores da IDCS das cidades que compõem a Região de Integração do Baixo Amazonas. No cálculo da média do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC) da RIBA, a partir dos valores dos IDCS das cidades, utilizou-se a fórmula abaixo:

$$\bar{X}_{IDSC-RIBA} = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^{13} X_{IDSC_i} \quad (3.4.2)$$

Onde:

$\bar{X}_{IDSC-RIBA}$ = Representa a média do IDSC da RIBA.

X_{IDSC_i} = O IDSC individual das cidades da RIBA ($i=13$ municípios).

\sum = Somatório do IDSC das 13 cidades (que compõem a RIBA).

n = número de cidades da RIBA ($n = 13$).

Este cálculo (3.4.2) permiti obter o valor geral do nível de desenvolvimento sustentável da RIBA a partir do desempenho individual de cada um dos 13 municípios, refletindo o quanto a região, como um todo, está próxima de alcançar os níveis desejáveis de desenvolvimento sustentável, conforme mensurado pelo IDSC.

A fim de se calcular a média de cada ODS (da ODS 1 à ODS 17) para a RIBA, a partir dos valores dos ODS individuais de cada uma das 13 cidades (resultado apresentado na tabela 01 – no capítulo específico para este fim) utilizou-se a fórmula abaixo:

$$\bar{X}_{ODS-RIBA_j} = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^{13} X_{ODS_{ij}} \quad (3.4.3)$$

Onde:

$\bar{X}_{ODS-RIBA_j}$ = Representa a média da ODS da RIBA (com $j = 1$ a 17).

X_{ODS_j} = o ODS individual das cidades da RIBA ($i = 13$ municípios e $j = 17$ ODS).

Σ = Somatório do ODS (1 a 17) das 13 cidades.

n = número de cidades da RIBA, $n = 13$.

A aplicação da fórmula (3.4.3) a cada um dos 17 ODS (resultados apresentados nas tabelas de 02 a 18 – no capítulo específico para este fim) é essencial para detalhar a análise da sustentabilidade regional, pois em vez de gerar um único índice geral, essa aplicação permitiu identificar o desempenho específico da RIBA em cada objetivo, fornecendo um panorama mais preciso das cidades que precisam de atenção. Facilitando, assim a tomada de decisões, orientando a alocação de recursos e o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes para atender às necessidades da região.

No cálculo da média do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC) da RIBA, com base nos valores médios dos ODS das cidades, utilizou-se a fórmula abaixo:

$$\bar{X}_{IDSC-ODS-RIBA_j} = \frac{1}{n} \sum_{j=1}^{17} X_{ODS_j} \quad (3.4.4)$$

Onde:

$\bar{X}_{IDSC-ODS-RIBA_j}$ = Representa a média do IDSC com base nas ODS da RIBA.

X_{ODS_j} = As ODS da RIBA

Σ = Somatório das ODS da RIBA ($j = 17$ ODS).

n = número de ODS da RIBA, $n = 17$.

O cálculo proposto em (3.4.4) serve como uma forma de incrementar os desempenhos médios regionais de cada ODS (calculados em 3.4.3), mas exibido em um único índice de sustentabilidade para a RIBA. Este índice (indicador), denominado IDSC-ODS-RIBA, é equivalente (em termos de valor) ao IDSC-RIBA, que foi calculado diretamente a partir das médias municipais (conforme 3.4.2), mas considera um seu cálculo, agora, não mais a média por ODS de cada cidade, mas sim a média das ODS estimadas para a RIBA. Destaca-se que sua aplicação (resultado apresentado na tabela 19 – no capítulo específico para este fim), visa confirmar a consistência dos cálculos e oferecer uma visão consolidada do desenvolvimento sustentável regional da RIBA, a partir da média em cada um dos objetivos. Essa equivalência reforça a consolidação da metodologia dos dados que foram usados.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo apresenta as informações com base nos dados do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades para a Região de Integração do Baixo Amazonas (IDSC-RIBA). Enfatiza-se que aqui, o intuito é entender como os municípios estão avançando nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

Além de analisar os índices dos resultados do IDSC-RIBA, foram considerados os contextos locais de cada cidade, buscando relacioná-los às características regionais, bem como a fatores sociais, econômicos e ambientais. Demonstrando uma significativa concordância com as considerações teóricas de Sachs (2002) e Veiga (2010) a respeito do desenvolvimento sustentável. Assim, procurou-se incluir as especificidades de cada cidade da região, destacando a presença de áreas de conservação e as atividades econômicas predominantes.

Primeiramente, será mostrado um panorama geral do desenvolvimento sustentável na RIBA, seguido do desempenho individual das cidades nos 17 ODS. Por fim, os resultados serão analisados em conjunto para discutir os desafios e oportunidades para um futuro mais equilibrado.

5.1 IDSC por cidade da RIBA

A seguir, apresentam-se os resultados do IDSC agregado (ODS de 1 a 17) discriminado por cidade da RIBA, conforme disposto na Tabela abaixo:

Tabela 01 – IDSC da Região de Integração do Baixo Amazonas (RIBA) por município

MUNICÍPIOS DA RIBA	IDSC	NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO
Alenquer	34,29	MUITO BAIXO
Almeirim	36,35	MUITO BAIXO
Belterra	36,86	MUITO BAIXO
Curuá	40,32	BAIXO
Faro	43,98	BAIXO
Juruti	38,15	MUITO BAIXO
Mojú dos Campos	39,67	MUITO BAIXO
Monte Alegre	34,89	MUITO BAIXO
Óbidos	32,25	MUITO BAIXO
Oriximiná	37,50	MUITO BAIXO
Prainha	30,40	MUITO BAIXO

Santarém	37,55	MUITO BAIXO
Terra Santa	37,94	MUITO BAIXO
IDSC-RIBA	36,9	MUITO BAIXO

Fonte: IDSC-BR (2024) - Adaptado por PEDROSO (2025).

De acordo com os dados tabelados, o valor do IDSC-RIBA é de 36,9, classificando a região como de muito baixo desenvolvimento sustentável, indicando que está distante de alcançar um bom desempenho nas metas desenvolvidas pela ONU.

Das 13 cidades que compõem a região, 11 delas apresentam um nível de desenvolvimento muito baixo. Apenas duas cidades, Curuá (40,32) e Faro (43,98), conseguem atingir o nível baixo, e nenhuma cidade atinge níveis médio, alto e muito alto, sendo um fator alarmante para a região.

As cidades de Prainha (30,40), Óbidos (32,25), Alenquer (34,29) e Monte Alegre (34,89) apresentam os menores índices, indicando desafios ainda maiores. Santarém que é considerada um polo regional, apresenta um IDSC de 37,55 (muito baixo), mesmo que esteja acima da média geral (36,9).

Esse resultado reflete os baixos valores das variáveis utilizadas para calcular os ODS. O baixo IDSC, tanto geral quanto municipal, é consequência direta do desempenho baixo nos indicadores que compõem os ODS. Para elevar essa média nas cidades, será necessário implementar políticas públicas eficazes, promovendo um desenvolvimento sustentável mais amplo na RIBA.

5.2 ODS por cidade da RIBA

As tabelas de 02 a 18 referem-se à classificação do IDSC da RIBA a partir da média das cidades, como também do IDSC por cidade, com relação ao nível de desenvolvimento com base nos ODS (de 1 a 17), discriminadamente.

Tabela 02 - IDSC da RIBA e suas cidades por Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS 1)

MUNICÍPIOS DA RIBA	ODS 1: ERRADICAÇÃO DA POBREZA	NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO DA ODS
Alenquer	56,5	MÉDIO
Almeirim	57,93	MÉDIO
Belterra	61,33	ALTO
Curuá	44,41	BAIXO
Faro	49,22	BAIXO

Juruti	66,37	ALTO
Mojuí dos Campos	50,84	MÉDIO
Monte Alegre	70,61	ALTO
Óbidos	42,22	BAIXO
Oriximiná	65,34	ALTO
Prainha	50,29	MÉDIO
Santarém	55,85	MÉDIO
Terra Santa	52,68	MÉDIO
ODS1-RIBA	55,66	MÉDIO

Fonte: IDSC-BR (2024) - Adaptado por PEDROSO (2025).

A tabela 2 evidencia que o nível geral de desenvolvimento referente ao ODS 1 (erradicação da pobreza) apresenta um nível médio (55,66), indicando que os municípios analisados estão empenhados na redução da pobreza em suas localidades. Entre as cidades avaliadas, Curuá, Faro e Óbidos possuem um desempenho inferior, com 44,41, 49,22 e 42,22 respectivamente, distanciando-se das demais, que alcançaram níveis aceitáveis acima de 50. Por outro lado, Belterra, Juruti, Monte Alegre e Oriximiná se sobressaem das demais cidades, pois possuem níveis elevados, contribuindo significativamente para a média positiva desse ODS na RIBA.

Tabela 03 - IDSC da RIBA e suas cidades por Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS 2)

MUNICÍPIOS DA RIBA	ODS 2: FOME ZERO	NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO DA ODS
Alenquer	53,05	MÉDIO
Almeirim	47,54	BAIXO
Belterra	51,17	MÉDIO
Curuá	52,76	MÉDIO
Faro	57,98	MÉDIO
Juruti	56,34	MÉDIO
Mojuí dos Campos	51,45	MÉDIO
Monte Alegre	56,2	MÉDIO
Óbidos	53	MÉDIO
Oriximiná	49,26	BAIXO
Prainha	49,43	BAIXO
Santarém	50,18	MÉDIO
Terra Santa	55,38	MÉDIO
ODS2-RIBA	52,60	MÉDIO

Fonte: IDSC-BR (2024) - Adaptado por PEDROSO (2025).

Quanto ao ODS 2 (fome zero), a tabela mostra um resultado de nível de desempenho médio, com 52,60 e que pode aumentar, caso o nível de cada cidade se eleve. Ressaltando que esse ODS possui 10 cidades que um nível médio (destacadas na cor amarela), podendo assim sugerir que individualmente estão caminhando para a melhoria desse objetivo.

As cidades de Almeirim, Oriximiná e Prainha, possuem um nível inferior em comparação com as demais cidades, pois estão com valores abaixo de 50%. Pode-se citar que um dos fatores que influenciam no resultado, é reflexo dos programas sociais que são usados para dar assistência à população que está em vulnerabilidade econômica.

Tabela 04 - IDSC da RIBA e suas cidades por Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS 3)

MUNICÍPIOS DA RIBA	ODS 3: SAÚDE E BEM ESTAR	NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO DA ODS
Alenquer	56,47	MÉDIO
Almeirim	60,6	ALTO
Belterra	66,34	ALTO
Curuá	68,7	ALTO
Faro	68,86	ALTO
Juruti	67,07	ALTO
Mojuí dos Campos	75,72	ALTO
Monte Alegre	56,55	MÉDIO
Óbidos	57,71	MÉDIO
Oriximiná	56,87	MÉDIO
Prainha	67,02	ALTO
Santarém	59,77	MÉDIO
Terra Santa	57,93	MÉDIO
ODS3 - RIBA	63,05	ALTO

Fonte: IDSC-BR (2024) - Adaptado por PEDROSO (2025).

O ODS 3 (saúde e bem estar) apresenta a média de 63,05, apontando um nível de desempenho alto, pois é acima de 59,99. Ressaltando que apesar das desigualdades no acesso à saúde, iniciativas estão sendo desenvolvidas para melhorar a infraestrutura e os serviços de saúde na região.

É possível observar que dentre as 13 cidades, 7 delas possuem desempenho alto, ou seja, são as que elevam a média dessa ODS. Alenquer e Monte Alegre são as cidades com menor desempenho, respectivamente: 56,47 e 56,55. A cidade de Santarém mesmo sendo o polo desta região de integração, não apresenta a média

individual maior dentre as demais, se destacando como a cidade com maior média individual, Mojuí dos Campos.

Tabela 05 - IDSC da RIBA e suas cidades por Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS 4)

MUNICÍPIOS DA RIBA	ODS 4: EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO DA ODS
Alenquer	32,61	MUITO BAIXO
Almeirim	30,88	MUITO BAIXO
Belterra	43,66	BAIXO
Curuá	37,66	MUITO BAIXO
Faro	38,42	MUITO BAIXO
Juruti	40,56	BAIXO
Mojuí dos Campos	52,56	MÉDIO
Monte Alegre	44,35	BAIXO
Óbidos	40,32	BAIXO
Oriximiná	35,37	MUITO BAIXO
Prainha	36,67	MUITO BAIXO
Santarém	44,12	BAIXO
Terra Santa	49,39	BAIXO
ODS4-RIBA	40,51	BAIXO

Fonte: IDSC-BR (2024) - Adaptado por PEDROSO (2025).

O ODS 4 (educação de qualidade) apresenta um nível de desenvolvimento baixo, com 40,51. Levando em consideração que dentre as 13 cidades, 6 delas apresentam um nível muito baixo, sendo elas Alenquer, Almeirim, Curuá, Faro, Oriximiná e Prainha, estando todas abaixo de 39,99.

Sendo reflexo da infraestrutura precária, falta de professores, evasão escolar e dificuldades no acesso ao ensino superior. Outro fator é que a RIBA possui muitas comunidades ribeirinhas, e as escolas por serem mais afastadas das cidades carecem de recursos básicos, e muitos desses alunos dependem de transporte fluvial para estudar.

A cidade de Santarém possui o nível de desenvolvimento baixo (44,12), mesmo sendo o polo da Região, porém, atualmente possui iniciativas do governo para expansão de universidades e institutos nas demais cidades.

Tabela 06 - IDSC da RIBA e suas cidades por Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS 5)

MUNICÍPIOS DA RIBA	ODS 5: IGUALDADE DE GÊNERO	NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO DA ODS
Alenquer	34,56	MUITO BAIXO
Almeirim	28,88	MUITO BAIXO
Belterra	31,95	MUITO BAIXO
Curuá	50,63	MÉDIO
Faro	28,11	MUITO BAIXO
Juruti	35,08	MUITO BAIXO
Mojuí dos Campos	66,67	ALTO
Monte Alegre	28,68	MUITO BAIXO
Óbidos	9,73	MUITO BAIXO
Oriximiná	27,24	MUITO BAIXO
Prainha	23,79	MUITO BAIXO
Santarém	26,33	MUITO BAIXO
Terra Santa	30,36	MUITO BAIXO
ODS5-RIBA	32,46	MUITO BAIXO

Fonte: IDSC-BR (2024) - Adaptado por PEDROSO (2025).

O ODS 5 (igualdade de gênero) possui um nível de desenvolvimento muito baixo, 32,46. Sendo alarmante o fato de que 11 cidades da RIBA, possuem individualmente os valores abaixo de 39,99% - nível muito baixo - e apenas Curuá possui nível médio (50,63). Mojuí dos Campos novamente se destaca entre as cidades, sendo a única com o nível de desenvolvimento alto (66,67).

Esses valores tão baixos são reflexos da falta de políticas públicas que abordem sobre esse tema na RIBA como um todo, expondo que ainda tem que ter avanços significativos para igualar os gêneros na sociedade, principalmente na questão salarial.

Tabela 07 - IDSC da RIBA e suas cidades por Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS 6)

MUNICÍPIOS DA RIBA	ODS 6: ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO	NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO DA ODS
Alenquer	13,91	MUITO BAIXO
Almeirim	37,79	MUITO BAIXO
Belterra	44,81	BAIXO
Curuá	49,52	BAIXO
Faro	41,85	BAIXO
Juruti	40,04	BAIXO
Mojuí dos Campos	34,01	MUITO BAIXO

Monte Alegre	29,18	MUITO BAIXO
Óbidos	32,19	MUITO BAIXO
Oriximiná	49,66	BAIXO
Prainha	34,66	MUITO BAIXO
Santarém	58,78	MÉDIO
Terra Santa	38,33	MUITO BAIXO
ODS6-RIBA	38,83	MUITO BAIXO

Fonte: IDSC-BR (2024) - Adaptado por PEDROSO (2025).

O ODS 6 (água potável de saneamento) tem como meta garantir a universalização do acesso à água potável e ao saneamento básico, assim como a gestão sustentável dos recursos hídricos (ONU, 2016). Porém, como apresentado na Tabela 07, o nível de desenvolvimento, no geral, é muito baixo, com a média de 38,83.

Sendo um valor médio ruim, causado principalmente pela falta de políticas eficazes a favor da distribuição de água potável, além da precariedade do saneamento básico. As cidades sofrem com a ausência de infraestrutura de esgoto, que muitas vezes acaba contaminando os rios, e não contam com um tratamento de água eficaz.

Tabela 08 - IDSC da RIBA e suas cidades por Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS 7)

MUNICÍPIOS DA RIBA	ODS 7: ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL	NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO DA ODS
Alenquer	-	-
Almeirim	14,17	MUITO BAIXO
Belterra	17,71	MUITO BAIXO
Curuá	11,86	MUITO BAIXO
Faro	16,81	MUITO BAIXO
Juruti	10,03	MUITO BAIXO
Mojuí dos Campos	-	-
Monte Alegre	5,12	MUITO BAIXO
Óbidos	-	-
Oriximiná	15,32	MUITO BAIXO
Prainha	-	-
Santarém	30,07	MUITO BAIXO
Terra Santa	20,61	MUITO BAIXO
ODS7-RIBA	10,9	MUITO BAIXO

Fonte: IDSC-BR (2024) - Adaptado por PEDROSO (2025).

O ODS 7 (energia limpa e acessível) possui o nível de desenvolvimento muito baixo (10,9) na RIBA, ou seja, esse resultado aponta que existe pouco incentivo ao uso de energia sustentável e de qualidade a todos. Na tabela, dentre as 13 da RIBA, 9 cidades aparecem com a cor vermelha, indicando que possuem nível individual de

desenvolvimento muito baixo, sendo por isso um valor da média tão baixo. Destaca-se ainda que as cidades de Alenquer, Mojuí dos Campos, Óbidos e Prainha, nem possuem dados, tendo um peso prejudicial ao somar a média desse ODS individual no valor final para a RIBA.

Tabela 09 - IDSC da RIBA e suas cidades por Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS 8)

MUNICÍPIOS DA RIBA	ODS 8: TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO	NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO DA ODS
Alenquer	34,75	MUITO BAIXO
Almeirim	33,32	MUITO BAIXO
Belterra	25,02	MUITO BAIXO
Curuá	43,26	BAIXO
Faro	45,83	BAIXO
Juruti	39,45	MUITO BAIXO
Mojuí dos Campos	40,47	BAIXO
Monte Alegre	32,08	MUITO BAIXO
Óbidos	39,89	MUITO BAIXO
Oriximiná	35,67	MUITO BAIXO
Prainha	39,35	MUITO BAIXO
Santarém	36,66	MUITO BAIXO
Terra Santa	46,45	BAIXO
ODS8-RIBA	37,86	MUITO BAIXO

Fonte: IDSC-BR (2024) - Adaptado por PEDROSO (2025).

O ODS 8 (trabalho decente e crescimento econômico) refere-se ao desenvolvimento da economia, a geração de renda e erradicação do trabalho infantil. Apesar da economia da região ser baseada na agropecuária, mineração e extrativismo, apresenta um nível de desenvolvimento sustentável muito baixo, de 37,86.

Apenas as cidades de Curuá, Faro, Mojuí dos Campos e Terra Santa, apresentam um nível acima de 39,99 e são classificadas como baixo. As cidades de Juruti e Oriximiná, mesmo com grandes empreendimentos da extração de minerais, são classificadas com o nível muito baixo, refletindo nas questões sociais e econômicas. Pois, mesmo aumentando o Produto Interno Bruto (PIB), gera poucos empregos e muitas vezes só contratos temporários.

Santarém é a cidade que, dentre as 13 da RIBA que mais atrai turistas, grande parte atraída pelas praias, porém, não é a maior parte econômica que vem dessa

atividade, intensificando ainda mais o fato de poucas políticas públicas de geração de empregos para a região.

Tabela 10 - IDSC da RIBA e suas cidades por Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS 9)

MUNICÍPIOS DA RIBA	ODS 9: INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA	NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO DA ODS
Alenquer	7,56	MUITO BAIXO
Almeirim	24,6	MUITO BAIXO
Belterra	1,92	MUITO BAIXO
Curuá	0,83	MUITO BAIXO
Faro	27,85	MUITO BAIXO
Juruti	4,15	MUITO BAIXO
Mojú dos Campos	8,12	MUITO BAIXO
Monte Alegre	3,25	MUITO BAIXO
Óbidos	2,78	MUITO BAIXO
Oriximiná	3,99	MUITO BAIXO
Prainha	3,59	MUITO BAIXO
Santarém	12,35	MUITO BAIXO
Terra Santa	7,44	MUITO BAIXO
ODS9-RIBA	8,34	MUITO BAIXO

Fonte: IDSC-BR (2024) - Adaptado por PEDROSO (2025).

Na tabela fica visível o nível de desenvolvimento muito baixo no ODS 9 (indústria, inovação e infraestrutura), tanto na média da região que é 8,34, quanto nas cidades com seus valores individuais. Curuá, Belterra e Óbidos, são as cidades que menos tiveram pontuação. Já as cidades de Faro, Almeirim e Santarém, obtiveram 27,85, 24,6 e 12,35 respectivamente, sendo as maiores pontuadoras deste ODS.

Esse ODS seria a complementação do ODS 8 (trabalho decente e crescimento econômico), para alcance do desenvolvimento sustentável e econômico, porém é um reflexo da realidade atual. Assim, para alcance dos empregos, seria necessário a inovação da indústria e políticas públicas atreladas a essas metas.

Tabela 11 - IDSC da RIBA e suas cidades por Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS 10)

MUNICÍPIOS DA RIBA	ODS 10: REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES	NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO DA ODS
Alenquer	56,59	MÉDIO
Almeirim	48,55	BAIXO
Belterra	40,5	BAIXO
Curuá	65,91	ALTO

Faro	76,46	ALTO
Juruti	46,65	BAIXO
Mojuí dos Campos	49,62	BAIXO
Monte Alegre	41,69	BAIXO
Óbidos	48,19	BAIXO
Oriximiná	35,57	MUITO BAIXO
Prainha	47,51	BAIXO
Santarém	51,21	MÉDIO
Terra Santa	45,64	BAIXO
ODS10-RIBA	50,31	MÉDIO

Fonte: IDSC-BR (2024) - Adaptado por PEDROSO (2025).

De acordo com a tabela, o nível de desenvolvimento do ODS 10 (redução das desigualdades) é médio, com 50,31. O que sugere que os municípios estão caminhando para um desenvolvimento sustentável mais justo, pois esse ODS “procura promover a inclusão social, econômica e política de todos os indivíduos, independentemente de sua origem, gênero, condição econômica, deficiência” (ONU, 2015).

A tabela também aponta que a cidade de Oriximiná se encontra numa situação ruim, com o nível de desenvolvimento muito baixo de 35,57. Almeirim, Belterra, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Prainha e Terra Santa, são classificadas na cor laranja por possuírem o nível baixo, que é abaixo de 49,99.

Santarém é a maior cidade populacional da RIBA, mesmo assim, está caminhando para a melhoria deste ODS, com desenvolvimento médio (50,31), assim como a cidade de Alenquer. Um fato que pode ser analisado mais profundamente, é sobre as cidades de Curuá e Faro serem as únicas com o desenvolvimento alto, com pontuação de 65,91 e 76,46 respectivamente, são estas médias individuais que elevam a média final deste ODS para a RIBA. Significa que, se a média individual das cidades aumentarem, o valor da média final também aumenta.

Tabela 12 - IDSC da RIBA e suas cidades por Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS 11)

MUNICÍPIOS DA RIBA	ODS 11: CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS	NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO DA ODS
Alenquer	71,85	ALTO
Almeirim	46,82	BAIXO
Belterra	68,02	ALTO
Curuá	71,13	ALTO
Faro	79,82	ALTO

Juruti	69,49	ALTO
Mojuí dos Campos	72,77	ALTO
Monte Alegre	63,26	ALTO
Óbidos	72,56	ALTO
Oriximiná	74,48	ALTO
Prainha	54,03	MÉDIO
Santarém	32,67	MUITO BAIXO
Terra Santa	73,83	ALTO
ODS11-RIBA	65,44	ALTO

Fonte: IDSC-BR (2024) - Adaptado por PEDROSO (2025).

O ODS 11 (cidades e comunidades sustentáveis) apresenta um nível de desenvolvimento considerado alto, com 65,44 na RIBA, porém ainda enfrenta desafios urbanos e rurais específicos, pois parece de infraestrutura e com o crescimento desordenado, especificamente a cidade de Santarém, que dentre as 13 cidades, apresenta um nível muito baixo de desenvolvimento (32,67).

Esse fato se torna preocupante pelo fato dessa cidade ser o polo da região e possuir uma urbanização desorganizada, com bairros sem saneamento básico e sem projetos de expansão. Outro fator que torna preocupante é as condições ambientais em que se vive atualmente a região, com grandes áreas desmatadas irregularmente e rios poluídos, que geram drásticas mudanças climáticas, afetando a população.

O planejamento urbano sustentável para o bom crescimento das cidades é essencial, além de revitalizar as áreas de uso coletivo, também contribui para a melhora média (avanço do desenvolvimento) do ODS 11 na RIBA.

Tabela 13 - IDSC da RIBA e suas cidades por Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS 12)

MUNICÍPIOS DA RIBA	ODS 12: CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS	NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO DA ODS
Alenquer	31,52	MUITO BAIXO
Almeirim	35,13	MUITO BAIXO
Belterra	33,33	MUITO BAIXO
Curuá	33,33	MUITO BAIXO
Faro	33,33	MUITO BAIXO
Juruti	33,33	MUITO BAIXO
Mojuí dos Campos	31,52	MUITO BAIXO
Monte Alegre	31,36	MUITO BAIXO
Óbidos	3,03	MUITO BAIXO
Oriximiná	3,7	MUITO BAIXO
Prainha	23,64	MUITO BAIXO

Santarém	33,67	MUITO BAIXO
Terra Santa	33,33	MUITO BAIXO
ODS12-RIBA	27,71	MUITO BAIXO

Fonte: IDSC-BR (2024) - Adaptado por PEDROSO (2025).

Na tabela é possível identificar que todas as 13 cidades possuem o nível de desenvolvimento sustentável muito baixo, com base no ODS 12 (consumo e produção responsáveis) e consequentemente a média final também é afetada, dando um valor de 27,71. As cidades de Óbidos e Oriximiná, são as com menores valores, 3,03 e 3,7, sendo estas as mais prejudicadas quando ao consumo e produção sustentáveis, sendo que essas cidades possuem muitas aldeias dos povos tradicionais e possuem valores individuais tão baixos.

O ODS 12 incentiva um consumo sem desperdício e valoriza as cadeias produtivas tradicionais e sustentáveis, podendo ser atrelada também ao ODS 8, que prioriza as pessoas para o emprego e renda, e este em questão, prioriza o uso racional de recursos para uma produção mais sustentável.

Tabela 14 - IDSC da RIBA e suas cidades por Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS 13)

MUNICÍPIOS DA RIBA	ODS 13: AÇÃO CLIMÁTICA	NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO DA ODS
Alenquer	49,11	BAIXO
Almeirim	54,07	MÉDIO
Belterra	52,98	MÉDIO
Curuá	43,49	BAIXO
Faro	76,28	ALTO
Juruti	48,97	BAIXO
Mojuí dos Campos	20,8	MUITO BAIXO
Monte Alegre	34,27	MUITO BAIXO
Óbidos	53,48	MÉDIO
Oriximiná	60,97	ALTO
Prainha	18,73	MUITO BAIXO
Santarém	50,9	MÉDIO
Terra Santa	38,99	MUITO BAIXO
ODS13-RIBA	46,39	BAIXO

Fonte: IDSC-BR (2024) - Adaptado por PEDROSO (2025).

O ODS 13 (ação climática) tem como objetivo combater as mudanças climáticas, que ameaçam os ecossistemas e aumentam a temperatura global. Através da tabela 14, é possível observar que para se alcançar essa meta, ainda faltam muito

esforços, a média desse ODS é 46,39, considerado um nível de desenvolvimento baixo.

Apenas as cidades de Faro (76,28) e Oriximiná (60,97), possuem um nível alto, possuindo uma média individual maior que a média geral. As piores cidades com menor desempenho, são Mojui dos Campos (20,8), Monte Alegre (34,27), Prainha (18,73) e Terra Santa (38,99), que por serem valores baixos, acabam prejudicando muito a média da RIBA nesse ODS.

A peculiaridade da RIBA pode agravar ainda mais, por conta das secas prolongadas, cheias extremas e desmatamento, impactando setores essenciais como agricultura, pesca e abastecimento de água nas cidades. Para enfrentar esses problemas, são fundamentais medidas como a redução de emissões, o investimento em energias renováveis e o reflorestamento.

Tabela 15 - IDSC da RIBA e suas cidades por Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS 14)

MUNICÍPIOS DA RIBA	ODS 14: VIDA NA ÁGUA	NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO DA ODS
Alenquer	-	-
Almeirim	-	-
Belterra	-	-
Curuá	-	-
Faro	-	-
Juruti	-	-
Mojuí dos Campos	-	-
Monte Alegre	-	-
Óbidos	-	-
Oriximiná	-	-
Prainha	-	-
Santarém	-	-
Terra Santa	-	-
ODS14-RIBA	-	-

Fonte: IDSC-BR (2024) - Adaptado por PEDROSO (2025).

O ODS 14 (vida na água) tem como principal objetivo conservar e utilizar de forma sustentável os oceanos, mares e recursos marinhos (ONU, 2015). No entanto, a mensuração desse nível de desenvolvimento sustentável em regiões de água doce, como a RIBA, enfrenta desafios devido à falta de indicadores específicos para esse ecossistema. Por essa razão, a tabela está em cinza, pois não possui valores.

Apesar de existirem muitas comunidades ribeirinhas nas cidades que dependem da pesca para venda e consumo, não existe monitoramento da qualidade da água dos rios. A região amazônica como um todo possui muitos garimpos instalados, que poluem os rios com mercúrio, a falta de saneamento básico nas cidades também prejudica a qualidade da água, pois a maioria dos esgotos levam direto aos rios.

A gestão pública do estado poderia incluir metas específicas para a água doce nos planos municipais de desenvolvimento sustentável e fornecer dados de variáveis proxy que se adaptem a essas localidades, analisando a qualidade da água e a proteção dos ecossistemas, tornando o ODS mais adaptado à realidade da Amazônia.

Tabela 16 - IDSC da RIBA e suas cidades por Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS 15)

MUNICÍPIOS DA RIBA	ODS 15: VIDA TERRESTRE	NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO DA ODS
Alenquer	35,56	MUITO BAIXO
Almeirim	60,92	ALTO
Belterra	30,65	MUITO BAIXO
Curuá	27,79	MUITO BAIXO
Faro	66,58	ALTO
Juruti	29,84	MUITO BAIXO
Mojuí dos Campos	29,93	MUITO BAIXO
Monte Alegre	39,12	MUITO BAIXO
Óbidos	39,16	MUITO BAIXO
Oriximiná	66,67	ALTO
Prainha	26,97	MUITO BAIXO
Santarém	27,82	MUITO BAIXO
Terra Santa	30,68	MUITO BAIXO
ODS15-RIBA	39,36	MUITO BAIXO

Fonte: IDSC-BR (2024) - Adaptado por PEDROSO (2025).

O ODS 15 (vida terrestre) busca conservar ecossistemas e promover o uso sustentável dos recursos naturais, sendo essencial para o Baixo Amazonas. A região enfrenta desafios como desmatamento acelerado, conflitos fundiários e falta de alternativas econômicas sustentáveis. Soluções incluem a criação de áreas protegidas, recuperação de ecossistemas degradados e incentivo à bioeconomia, como o manejo florestal e a comercialização de produtos da sociobiodiversidade.

Projetos como Saúde e Alegria e acordos de manejo pesqueiro demonstram boas práticas e para avançar, é necessário fortalecer políticas públicas locais, ampliar

fiscalização e buscar financiamento climático, garantindo um desenvolvimento sustentável que valorize a biodiversidade e as comunidades tradicionais.

Tabela 17 - IDSC da RIBA e suas cidades por Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS 16)

MUNICÍPIOS DA RIBA	ODS16: PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES	NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO DA ODS
Alenquer	45,02	BAIXO
Almeirim	23,93	MUITO BAIXO
Belterra	41,89	BAIXO
Curuá	80,16	MUITO ALTO
Faro	38,76	MUITO BAIXO
Juruti	41,05	BAIXO
Mojuí dos Campos	80,16	MUITO ALTO
Monte Alegre	36,55	MUITO BAIXO
Óbidos	47,25	BAIXO
Oriximiná	41,5	BAIXO
Prainha	38,2	MUITO BAIXO
Santarém	44,32	BAIXO
Terra Santa	37,48	MUITO BAIXO
ODS16-RIBA	45,87	BAIXO

Fonte: IDSC-BR (2024) - Adaptado por PEDROSO (2025).

A média do ODS 16 (paz, justiça e instituições eficazes) para a RIBA, apresenta um nível de desenvolvimento baixo, 45,87. As cidades de Almeirim (23,93), Faro (38,76), Monte Alegre (36,55), Prainha (38,2) e Terra Santa (37,48), obtiveram um nível muito baixo, que é ruim para a média geral da região. As únicas cidades que obtiveram um bom desempenho foram Curuá e Mojuí dos Campos, pontuando ambas com 80,16, sendo impulsionadores deste ODS.

De acordo com a ONU (2015), “o ODS 16 busca promover uma sociedade pacífica, inclusiva e com instituições transparentes, focando na redução da violência, acesso à justiça e combate à corrupção.” Os dados indicam baixos níveis de desenvolvimento nesse setor, exigindo uma intervenção urgente, necessariamente precisa-se de uma compreensão dos obstáculos relacionados à justiça e as fragilidades institucionais na RIBA.

O fortalecimento das instituições, a promoção da paz e ações concretas para reduzir desigualdades são essenciais. Sendo necessário implementar políticas eficazes para garantir justiça e segurança para toda a população.

Tabela 18 - IDSC da RIBA e suas cidades por Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS 17)

MUNICÍPIOS DA RIBA	ODS 17: PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO	NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO DA ODS
Alenquer	3,93	MUITO BAIXO
Almeirim	12,78	MUITO BAIXO
Belterra	15,37	MUITO BAIXO
Curuá	3,98	MUITO BAIXO
Faro	1,57	MUITO BAIXO
Juruti	20,09	MUITO BAIXO
Mojuí dos Campos	9,77	MUITO BAIXO
Monte Alegre	10,54	MUITO BAIXO
Óbidos	7,89	MUITO BAIXO
Oriximiná	15,9	MUITO BAIXO
Prainha	2,87	MUITO BAIXO
Santarém	23,74	MUITO BAIXO
Terra Santa	26,39	MUITO BAIXO
ODS17-RIBA	11,91	MUITO BAIXO

Fonte: IDSC-BR (2024) - Adaptado por PEDROSO (2025).

O ODS 17 (parcerias e meios de implementação) promove parcerias globais e locais para concretizar a Agenda 2030, unindo governos, empresas e sociedade civil. Seu foco é ampliar colaborações em finanças, tecnologia e conhecimento, enfrentando desafios como pobreza, desigualdade e clima. Ao integrar diferentes setores, as soluções tornam-se mais eficazes e inclusivas, acelerando o caminho para um futuro sustentável e equitativo (ONU, 2015).

No entanto, a pontuação de RIBA é de 11,91, sendo um dos piores desempenhos dos ODS na região. Outro fator preocupante é que todas as 13 cidades da RIBA apresentam um nível de desenvolvimento muito baixo, indicando que existe uma dificuldade em estabelecer parcerias e garantir meios de implementação, sendo um problema geral em toda a região.

Os municípios que obtiveram pior desempenho, foram: Faro (1,57), Prainha (2,87), Alenquer (3,93), Curuá (3,98), Óbidos (7,89). Esses valores são críticos e sugerem uma ausência quase total de mecanismos eficazes de parceria e de

recursos. Mesmo as “melhores pontuações”, Terra Santa (26,39) e Santarém (23,74), ainda estão muito distantes de um nível aceitável de desenvolvimento sustentável.

5.3 Indicadores dos ODS para a RIBA

Neste último subtópico deste capítulo, são apresentados os resultados dos ODS da RIBA de 1 a 17, juntamente com a média geral intitulada IDSC-ODS-RIBA. Esse valor se iguala à média apresentada na Tabela 01 (IDSC-RIBA), demonstrando que é possível avaliar o desenvolvimento sustentável por ODS, conforme mostra a tabela abaixo:

Tabela 19 – IDSC da Região de Integração do Baixo Amazonas (RIBA) por ODS

OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	ODS DA RIBA	NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO
ODS1-RIBA	55,66	MÉDIO
ODS2-RIBA	52,59	MÉDIO
ODS3-RIBA	63,05	ALTO
ODS4-RIBA	40,50	BAIXO
ODS5-RIBA	32,46	MUITO BAIXO
ODS6-RIBA	38,82	MUITO BAIXO
ODS7-RIBA	10,9	MUITO BAIXO
ODS8-RIBA	37,86	MUITO BAIXO
ODS9-RIBA	8,34	MUITO BAIXO
ODS10-RIBA	50,31	MÉDIO
ODS11-RIBA	65,44	ALTO
ODS12-RIBA	27,71	MUITO BAIXO
ODS13-RIBA	46,39	BAIXO
ODS14-RIBA	-	-
ODS15-RIBA	39,36	MUITO BAIXO
ODS16-RIBA	45,87	BAIXO
ODS17-RIBA	11,91	MUITO BAIXO
IDSC-ODS-RIBA	36,9	MUITO BAIXO

Fonte: IDSC-BR (2024) - Adaptado por PEDROSO (2025).

A última tabela, apresenta os dados de todos os ODS, juntamente com a média final, sendo este resultado da primeira tabela, onde foi somada a média do IDSC-RIBA, apontando outra forma de analisar o desenvolvimento sustentável das cidades. Na tabela 19, é possível observar os ODS que menos pontuam na RIBA, sendo estes, o ODS 9 (indústria, inovação e infraestrutura), com pontuação de apenas 8,34, o ODS

7 (energia limpa e acessível) com 10,90, e o ODS 17 (parcerias e meios de implementação) com 11,91.

Estes resultados indicam os baixos investimentos na industrialização, no acesso à infraestrutura e à inovação, na precariedade de energia sustentável e, também na capacidade de mobilizar recursos e políticas públicas eficazes. Outro ODS em situação crítica é o ODS 6 (água potável e saneamento), com 38,83, que mesmo com as cidades cercadas por rios, apresentam deficiência nos serviços básicos de saneamento.

Os ODS que apresentam um desempenho comparativamente melhor, são o ODS 11 (cidades e comunidades sustentáveis) com 65,44 e o ODS 3 (saúde e bem-estar) com 63,05, considerados com um nível de desenvolvimento alto. Os principais objetivos que estão ligados a direitos de todos, como o ODS 1 (erradicação da pobreza) com 55,66, o ODS 2 (fome zero) com 52,60 e o ODS 10 (redução das desigualdades) com 50,31, estão com nível de desenvolvimento médio, significando que estão caminhando para atingir as metas da ONU.

A ausência de dados para o ODS 14 (vida na água) na RIBA, como citado na análise da tabela 15, é um indicativo da necessidade de adaptar as métricas globais da ONU às realidades locais, pois a falta de indicadores específicos para ecossistemas de água doce, impede que a avaliação seja precisa. Alguns ODS se interligam, podendo até serem classificados em eixos temáticos, pois os problemas identificados estão interligados, sendo fundamental um planejamento estratégico que considere as especificidades da região.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento sustentável tornou-se um assunto de urgência global, e, no Brasil, o IDSC-BR é uma medida fundamental para avaliar o progresso das cidades para atingir as metas da ONU, juntamente para alcançar bons níveis de sustentabilidade dos ODS. No entanto, a partir desta pesquisa, foram observados os obstáculos da aplicação desse índice no país, e, especificamente, em estudos regionalizados, tais como a falta de dados e defasagem dos mesmos, além de indicadores específicos que se adequem à realidade brasileira e suas particularidades.

A pesquisa analisou o desenvolvimento sustentável na região da RIBA por meio do índice IDSC-RIBA, com o intuito de medir sua sustentabilidade, avaliar o desempenho municipal nos ODS e subsidiar políticas públicas. Se justificando pela carência de estudos locais, que são essenciais para estratégias de políticas públicas eficazes. Com apoio teórico de Sachs e Veiga, que defendem uma abordagem integrada entre economia, sociedade e meio ambiente, os resultados indicam baixo desempenho regional (média de 36,9).

O primeiro resultado analisou o IDSC-Geral, que possui um nível de sustentabilidade muito baixo, e também por cidade, onde Curuá (40,32) e Faro (43,98) foram as únicas cidades da RIBA que conseguem atingir o nível baixo de desenvolvimento sustentável, pois as outras estão classificadas com nível muito baixo.

Com relação a análise específica por ODS e sem redundâncias, novamente menciona-se que:

No ODS 1 (erradicação da pobreza) destacam-se as cidades de Belterra (61,33), Juruti (66,37), Monte Alegre (70,61) e Oriximiná (65,34) com um nível considerado alto, e destacando Curuá e Faro, que mesmo com as médias do IDSC melhores que as demais, em específico nesse ODS, ficou com os piores níveis.

No ODS 2 (fome zero), Almeirim (47,54), Oriximiná (49,26), Prainha (49,43) foram as únicas das treze cidades que obtiveram nível baixo.

No ODS 3 (saúde e bem estar) o nível das cidades varia de médio a alto, como é o caso de Almeirim (60,6), Belterra (66,34), Curuá (68,7), Faro (68,86), Juruti (67,07), Mojuí dos Campos (75,72), (Prainha 67,02), que são as cidades com maior nível de sustentabilidade nesse ODS.

No ODS 4 (educação de qualidade) apenas Mojuí dos Campos (52,56) possui o nível classificado como médio nesse ODS, as outras doze possuem nível muito baixo e baixo, sendo este ODS um dos mais importantes para o desenvolvimento econômico. No ODS 5 (Igualdade de gênero), Mojuí dos Campos mais uma vez se destaca entre as demais cidades, com uma pontuação de 66,67, considera com um nível alto.

No ODS 6 (água potável e saneamento), Santarém é a cidade com maior pontuação, 58,78, sendo importante ressaltar que é o pólo da região. Belterra (44,81), Curuá (49,52), Faro (41,85), Juruti (40,04), Oriximiná (49,66) estão com os níveis de desenvolvimento baixo nesse ODS, destacando o fato de Curuá estar bem próximo de atingir o nível médio.

Já no ODS 7 (energia limpa e acessível), Santarém se destaca negativamente com um nível muito baixo (30,07), sendo este o maior valor entre as cidades e o menor valor é da cidade de Monte Alegre (5,12), Alenquer, Mojuí dos Campos, Óbidos e Prainha nem possuem valores, chamando atenção para a falta de dados. Trazendo a uma contradição prática à visão de Veiga (2010), onde ele defende o uso de tecnologias para melhoria de vida, porém na RIBA, as termelétricas poluentes persistem em comunidades ribeirinhas atualmente, ignorando soluções renováveis como energia solar. Refletindo uma má gestão de recursos para se alcançar a sustentabilidade. E para avançar, políticas públicas devem aliar crescimento econômico e equidade ambiental, conforme defendido por Veiga, priorizando tecnologias adaptáveis.

No ODS 8 (trabalho decente e crescimento) Curuá (43,26), Faro (45,83), Mojuí dos Campos (40,43) e Terra Santa (46,45) novamente se destacam com as maiores pontuações, porém ainda possuem nível baixo.

No ODS 9 (indústria, inovação e infraestrutura), Faro (27,85), Almeirim (24,6) e Santarém (12,35) são as cidades com maiores pontuações, mas mesmo assim, ainda não estão em um bom nível de desenvolvimento.

Ressalta-se que os ODS 7, 8 e 9 encontra-se com a média do nível de sustentabilidade muito baixo.

No ODS 10 (redução das desigualdades) as cidades de Curuá (65,91) e Faro (76,46) apresentam um nível alto, se destacando em mais um objetivo. Apontando uma desigualdade que é evidenciada por Sachs e Veiga como um obstáculo à sustentabilidade. Esses resultados mostram diferenças consideráveis entre os

municípios, principalmente aqueles que acumulam riqueza por meio da mineração. Dentro desse ODS, na RIBA, as cidades de Juruti e Oriximiná apresentam esse dilema, pois possuem um bom crescimento econômico, mas exibem baixos índices nos ODS dos eixos sociais. A diferença entre crescimento econômico e qualidade de vida fortalece sua crítica de Sachs (2002). Nesse sentido, é essencial revisar os indicadores e implementar políticas públicas que valorizem as práticas locais, a equidade social e o planejamento territorial integrado.

No ODS 11 (cidades e comunidades sustentáveis), Curuá (71,13) e Faro (79,82) estão entre as cidades com maior média desse ODS, assim como, Mojuí dos Campos (72,77), Oriximiná (74,48), Terra Santa (73,83). A cidade de Santarém, que também tem uma grande população originária dos povos tradicionais, apresenta a menor pontuação 32,67, estando longe de atingir o nível desejável. Sendo possível confirmar a teoria de Sachs quanto ao aspecto territorial, pois ao comparar Faro, que mantém características rurais e se destaca nesse objetivo, Santarém é impactada pela urbanização descontrolada.

No ODS 12 (consumo e produções sustentáveis), Santarém (33,67) possui uma das pontuações mais alta entre as cidades, porém considerada muito baixa no nível de desenvolvimento. Belterra, Curuá, Faro, Juruti e Terra Santa apresentam a mesma pontuação (33,33). Ressaltando que a média desse ODS para a RIBA, é muito baixo.

No ODS 13 (ação climática), Almeirim (54,07), Belterra (52,98), Óbidos (53,48) e Santarém (50,9) obtiveram um nível médio, ou seja, estão em evolução para alcançar melhores níveis de desenvolvimento sustentável.

O ODS 14 (vida na água) não possui informação sobre os indicadores para a região, porque além desse objetivo ser voltado para variáveis relacionadas ao mar, não possui proxy e nem adaptação para a realidade dessa localidade, prejudicando assim o valor da média do Índice para a RIBA.

No ODS 15 (vida terrestre) vale destacar as cidades de Almeirim (60,92), Faro (66,58) e Oriximiná (66,67) com um nível alto no desenvolvimento, porém com as demais cidades possuem um nível muito baixo, esse objetivo acaba ficando com a média também muito baixa.

No ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes) as cidades de Curuá (80,16) e Mojuí dos Campos (80,16) se igualam em pontuação e conseqüentemente em nível de desenvolvimento, considerado muito alto, se sobressaindo entre as demais.

Já no ODS 17 (Parcerias e meios de implementação) todas as treze cidades da RIBA possuem um nível de desenvolvimento muito baixo, como Almeirim (12,78), Faro (1,57) e Santarém (23,74), esta última sendo o local com maior população, porém sem grandes avanços nesse objetivo no momento.

Com relação aos resultados dos ODS da RIBA (ODS 1 a 17) e sua participação na média geral do IDCS da RIBA, destaca-se os ODS3-RIBA (63,05) e ODS11-RIBA (65,44) com classificação do nível de desenvolvimento alto. Sendo importante enfatizar que as cidades de Faro (68,86) e Curuá (68,7), apresentaram como 2º e 3º maior valor no ODS 3. E, no ODS 11, Curuá é a cidade com maior IDSC nesta ODS.

Numa visão agregada para a RIBA, cabem dois destaques, a saber:

I. Destaque para os piores ODS:

No ODS 9 (Indústria, inovação e infraestrutura), no ODS 12 (Consumo e produção responsáveis) e no ODS 17 (Parcerias e meios de implementação), todas as treze cidades possuem o nível de desenvolvimento sustentável muito baixo. No ODS 7 (Energia limpa e acessível) 9 cidades apresentam o nível de desenvolvimento muito baixo, agravado pelo fato de que, daquele total de treze cidades, quatro cidades nem possuem dados (informações) relativos a este ODS, ocasionando peso à média desse objetivo. Além disso, a ausência de dados sobre o ODS 14 (Vida na água) prejudica o desempenho do índice nessa região. Futuros estudos podem trazer avanços significativos ao analisar a poluição dos rios nas zonas urbanas e rurais da Amazônia, assim como ao incentivar práticas de consumo consciente de água, sendo estas iniciativas essenciais para contribuir em monitoramento de desenvolvimento mais sustentável na região.

II. Por fim, com relação a análise do desenvolvimento a partir de índices agregativos e seus indicadores, cabe ser destacados 4 pontos:

1. O desenvolvimento deve ser visto sempre como um processo multidimensional, multifacetado e complexo;
2. A posição relativa não é imutável;
3. A utilização generalizada de indicadores nacionais deve levar em consideração as especificidades regionais e locais dos territórios;
4. A discriminação dos indicadores que compõe as dimensões dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são importantes para fins estratégicos de políticas públicas específicas, a fim de melhorar o índice agregado como um todo. Essa concepção reforça a importância do equilíbrio entre o crescimento econômico e

ambiental, especialmente em regiões como a RIBA, promovendo avanços na qualidade de vida das populações locais.

Por fim, este estudo buscou destacar as principais análises dos resultados do IDSC-RIBA e demonstrar como o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades se tornou uma importante ferramenta para avaliar o grau de sustentabilidade dos municípios, permitindo identificar quais regiões precisam de mais atenção, sendo possível levantar questionamentos para futuras políticas públicas em prol da melhoria do índice, pois o desenvolvimento sustentável abrange as áreas econômicas e socioambiental. Conclui-se que o IDSC-RIBA é relevante para diagnósticos, mas precisa abranger indicadores específicos e participativas para orientar políticas justas e eficazes, pois a sustentabilidade é fundamental para garantir que as sociedades humanas possam continuar prosperando sem reduzir a quantidade de recursos naturais disponíveis do planeta, de modo que possamos viver bem hoje sem comprometer a qualidade de vida da população que virá nos próximos anos.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, Jorge; PANTOJA, Igor. **Desafios da gestão municipal para redução das desigualdades na cidade de São Paulo. Estudos Avançados**, v. 38, n. 111, p. 285–299, 1 jan. 2024; Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/wSQgpkDnsMk57j7BvThThxt/?lang=pt>. Acesso em: 13 dez. 2024.
- ALMEIDA, Fernando. **Os Desafios da Sustentabilidade: uma ruptura urgente**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1988.
- EMBRAPA. **Áreas de terra firme na Amazônia brasileira são pouco conhecidas pela ciência**. Brasília, DF, 20 set. 2023. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/81899246/areas-de-terra-firme-na-amazonia-brasileira-sao-pouco-conhecidas-pela-ciencia>. Acesso em: 12 mai. 2025.
- FAPESPA. **Perfil Econômico Vocacional dos municípios – 2024**. Disponível em: <https://pevpa.fapespa.pa.gov.br/home-pev-2024/>. Acesso em: 28 abr. 2025.
- FIDELIS, Juliana; GONÇALVES, Luciana. **Por dentro da rede: a circulação de conhecimentos e práticas de saúde no baixo Amazonas**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, 1 jan. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/GVLYjnRJnLLshLR53cmHf6n/>. Acesso em: 20 mai. 2025.
- FLECK, Marcelo; LEAL, Ondina; LOUZADA, Sérgio; et al. **Desenvolvimento da versão em português do instrumento de avaliação de qualidade de vida da OMS (WHOQOL-100)**. Revista Brasileira de Psiquiatria, v. 21, n. 1, p. 19–28, mar. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbp/a/MqwHNFWLFR467nSsPM7vdbv/>. Acesso em: 30 mar. 2025.
- GOVERNO DO AMAZONAS. **Governo do Amazonas apoia pesquisa sobre as potencialidades da fruticultura no Alto Solimões**. Disponível em: <https://www.agenciaamazonas.am.gov.br/noticias/governo-do-amazonas-apoia-pesquisa-sobre-as-potencialidades-da-fruticultura-no-alto-solimoes/>. Acesso em: 26 dez. 2024.
- HOFFMANN, Rodolfo. **Estatística para Economistas**. 4. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.
- IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). **Vocabulário Básico de Recursos Naturais e Meio Ambiente**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. p. 332.
- IMAZON. **Quase metade da Amazônia no país é área de preservação**. [S. l.], 23 mar. 2023. Disponível em: <https://imazon.org.br/imprensa/quase-metade-da-amazonia-no-pais-e-area-de-preservacao/>. Acesso em: 10 mai. 2025;
- ICS & SDSN, 2021. **O Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil (IDSC BR)(2021)**. Instituto Cidades Sustentáveis & Rede de Soluções de Desenvolvimento Sustentável: São Paulo & Paris. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodolog>. Acesso em: 28 de z. 2024.

IDSC - Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil. **Metodologia**. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/mIDSC> - BR Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology/>. Acesso em: 15 mar. 2025.

IDSC - Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades. - Relatório da Sustainable Development Solutions Network (SDSN). **Dados brasileiros coletados pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e CITInova, 2021**. Disponível em: <https://citinova.mcti.gov.br/pes-lanca-idade-de-desenvolvimento-sustentavel-das-cidades>. Acesso em: 13 dez. 2024.

IMAZON. **Quase metade da Amazônia no país é área de preservação**. [S. l.], 23 mar. 2023. Disponível em: <https://amazon.org.br/imprensa/quase-metade-da-amazonia-no-pais-e-area-de-preservacao/>. Acesso em: 10 mai. 2025.

INDICADORES ODS. **Quadro de indicadores globais para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e metas da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://unstats.un.org/sdgs/indicators/indicators-list/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS - ICS. **Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Metodologia. Disponível em: <https://idsc-sp.cidadessustentaveis.org.br/static/Metodologia.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2024.

Instituto Nacional de Estatística, I.P. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Sustainable Development Goals Editor. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://ods.imvf.org/wp-content/uploads/2019/06/Recursos-indicadores-ODS-2019.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2024.

MAXIMILIANO, Rodrigo de Toledo Lourenço. **Uma comparação entre desenvolvimento sustentável municipal e transparência**, 2022. Monografia de Final de Curso. Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/Rodrigo_de_Toledo_L._Maximiliano_Mono_22.2.pdf. Acesso em: 23 nov. 2024.

MOLINARI, Alana Tamara Gonçalves; BERNARDINIS, Márcia de Andrade Pereira. **O acesso à educação promovendo uma mobilidade sustentável nas cidades**. Revista Brasileira de Educação, v. 29, 1 jan. 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/9TygfRSBSyBgSdxtWPsJpkC/>. Acesso em: 23 nov. 2024.

NORONHA, J. C. DE. **Cobertura universal de saúde: como misturar conceitos, confundir objetivos, abandonar princípios**. Cadernos de Saúde Pública, v. 29, n. 5, p. 847–849, maio 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/KM8zmWvsKqQkWLLCSx5kPsB/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 30 mar. 2025.

ONU. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - As Nações Unidas no Brasil**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 12 dez. 2024.

ONU. **Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio 2015**. Nova York: ONU, 2015. Disponível em:

[https://www.un.org/millenniumgoals/2015_MDG_Report/pdf/MDG%202015%20rev%20\(July%201\).pdf](https://www.un.org/millenniumgoals/2015_MDG_Report/pdf/MDG%202015%20rev%20(July%201).pdf). Acesso em: 16 mar. 2025.

ONU. (2015). Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Assembleia Geral das Nações Unidas, Resolução 70/1. Disponível em: https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E. Acesso em: 10 jan. 2025.

PNUD. Programa das Nações Unidas. **O que são os ODS?** 2024. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em 07 dez. 2024.

PINTO, Márcia Nascimento. **Sustentabilidade local: contribuições para agenda dos objetivos do desenvolvimento sustentável em São Paulo de Olivença, Amazonas, Brasil.** Tese de Doutorado, 2023. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/9926>. Acesso em: 24 nov. 2024.

PNUD. Programa das Nações Unidas. **O que são os ODS?** Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 12 dez. 2024.

PNUD. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2020.** Nova York: ONU, 2020. Disponível em: <https://hdr.undp.org/system/files/documents/global-report-document/hdr2020overviewportuguese.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2025.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** 4 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. 5. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SACHS, Ignacy. **Crescimento, Desenvolvimento e Sustentabilidade: Um novo paradigma.** São Paulo: Editora Atlas, 2002.

SOBREIRA DE MOURA, A.; DO, M.; BEZERRA, C. **Governança e Sustentabilidade das Políticas Públicas no Brasil.** Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9267/1/Governan%C3%A7a%20e%20sustentabilidde.pdf>. Acesso em 12 dez. 2024.

TAVOLARO, S. B. F. **A Questão Ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil.** Ambiente & Sociedade, p. 217–222, 1 dez. 1999.

VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento Sustentável: O Desafio do Século XXI. São Paulo: Garamond, 2010.

VEIGA José Eli da. **Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor.** – 3. ed. – São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2019.

WISSMANN, Martin Airton; BACKES, Gisela. **Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades: um estudo com base na realidade brasileira.** REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE - ISSN 2763-8928, v. 2, n. 9, p. e2991, 8 set. 2022. Disponível em: <https://acertte.org/index.php/acertte/article/view/91>. Acesso em: 26 nov. 2024.